



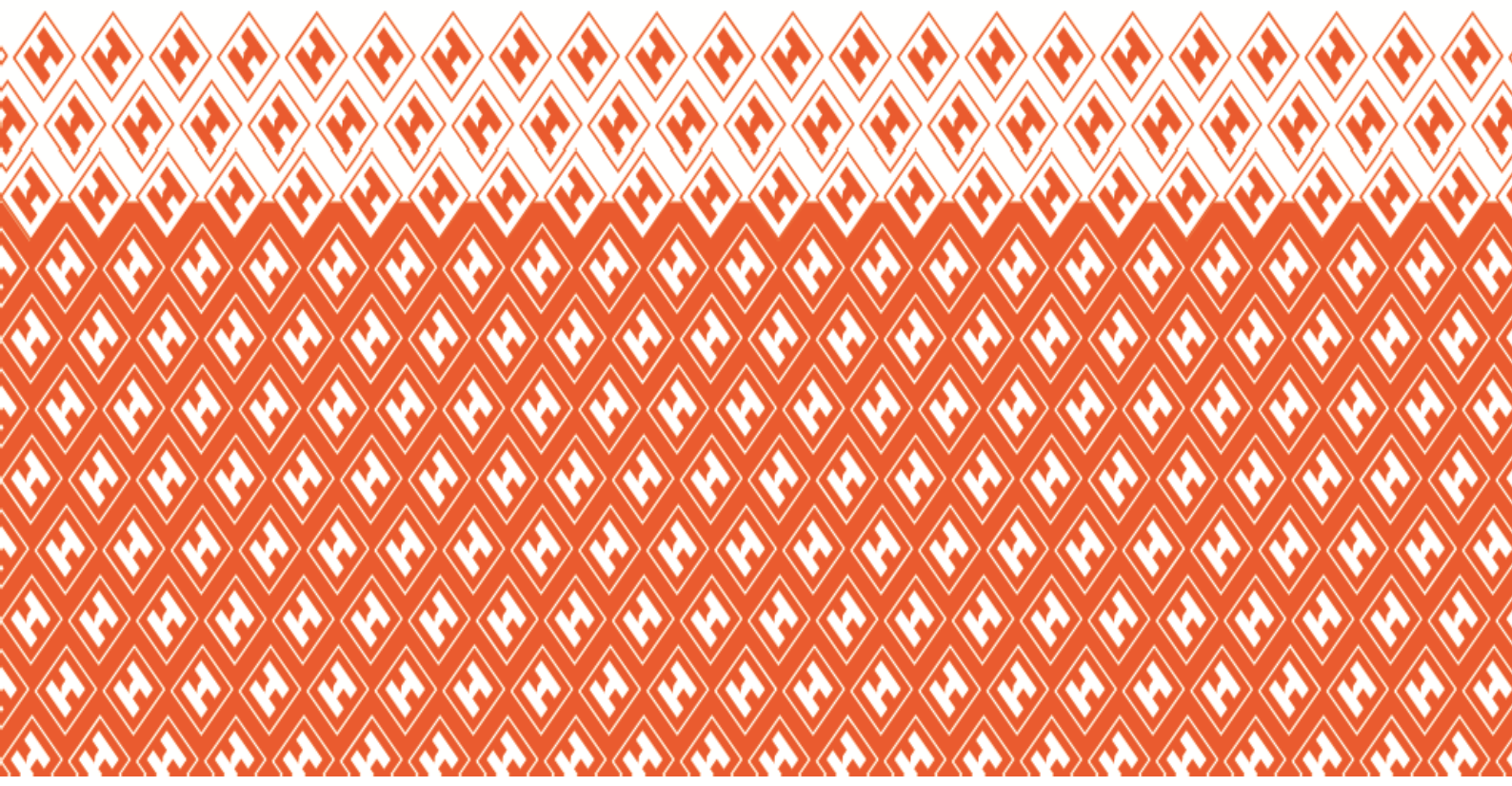
**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

**JULIANA RAMOS DE ARRUDA**

**Os lugares de memória da cidade de  
Rondonópolis-MT: ensino de história nos anos  
iniciais, cultura e patrimônio**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**AGOSTO/2018**



**JULIANA RAMOS DE ARRUDA**

**Os lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT:  
ensino de história nos anos iniciais, cultura e patrimônio**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade Federal de Mato Grosso – como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nleide Souza Dourado

**CUIABÁ-MT**

**2018**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

A7791 Arruda, Juliana Ramos de.  
Os lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT: ensino de história nos anos iniciais, cultura e patrimônio / Juliana Ramos de Arruda. -- 2018  
104 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Nleide Souza Dourado.  
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Ensino de História. 2. Paisagem cultural e espaço urbano. 3. Lugares de memória. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHIS  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - Cuiabá/MT  
Tel : 65 3313-8493 - Email : anamariamarques.ufmt@gmail.com

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO : "Os lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT: ensino de história nos anos iniciais, cultura e patrimônio"**

AUTORA: JULIANA RAMOS DE ARRUDA

defendida e aprovada em 30/08/2018.

### Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Nileide Souza Dourado
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Renilson Rosa Ribeiro
Instituição :	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	
Examinador Externo	Doutor(a)	Mairon Escorsi Valério
Instituição :	Universidade Federal da Fronteira Sul	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Oswaldo Rodrigues Junior
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	

CUIABÁ, 24/08/2018.

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta uma problemática bem atual, mas pouco explorada, a de como estudantes dos anos iniciais constroem conhecimento histórico de sua cidade? Esta problemática levou-nos a pesquisar o contexto histórico e geográfico da cidade de Rondonópolis e os patrimônios históricos e culturais que possibilitam o ensino de História local e regional. Identificamos e elegemos na pesquisa, locais no espaço urbano como lugares de memória, para este propósito apropriamos do conceito de Memória Social e Memória Coletiva, já que estes conceitos compartilham a reflexão de que a memória é uma construção social. Também apresentamos e discutimos neste trabalho o patrimônio cultural no ensino de História, as contribuições da metodologia da Educação Patrimonial para o desenvolvimento da identidade e criticidade do estudante frente à história da sua localidade. Para responder à problemática, desenvolvemos neste trabalho uma oficina sobre educação patrimonial com docentes e uma ação educativa nos lugares de memória da cidade com estudantes, sendo as narrativas dos estudantes, acerca da atividade, sistematizadas em desenhos e textos, fonte para a análise do conhecimento histórico construído.

Palavras-chave: Ensino de História, Paisagem cultural e espaço urbano, lugares de memória.

## **ABSTRACT**

The present work presents a very current, but little explored, problem of how students of the early years build historical knowledge of their city? This problem led us to research the historical and geographical context of the city of Rondonópolis and the historical and cultural heritage that enable the teaching of local and regional history. We identify and choose in the research, places in urban space as places of memory, for this purpose we appropriate the concept of Social Memory and Collective Memory, since these concepts share the reflection that memory is a social construction. We also present and discuss in this work the cultural heritage in the teaching of History, the contributions of the methodology of Patrimonial Education for the development of the identity and criticality of the student in front of the history of his locality. To answer the problem, we developed in this work a workshop on patrimonial education with teachers and an educational action in the places of memory of the city with students, being the students' narratives about the activity, systematized in drawings and texts, source for the analysis of knowledge historic building.

**Keywords:** History teaching, Cultural landscape and urban space, places of memory.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado não poderia ser concluída sem o precioso apoio e confiança de diversas pessoas.

Primeiramente agradeço a Deus pela sua infinita bondade para com a minha vida, me dando saúde, sabedoria, inteligência e paciência para percorrer todo o caminho e concluir mais esse ciclo.

Em especial, não posso deixar de agradecer a minha orientadora professora doutora Nileide Souza Dourado pela confiança depositada em mim e na minha capacidade, pelo empenho e motivação dedicados a mim nos momentos de orientação e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Também agradeço aos professores Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes, Jocenaide Rosseto Silva e Osvaldo Robrigues Junior pelos apontamentos e direcionamentos efetuados na banca de Qualificação, bem como aos professores Renilson Rosa Ribeiro e Mairon Escorsi Valério da banca de Defesa.

Desejo igualmente agradecer à minha família, ao meu noivo e aos verdadeiros amigos pelo apoio incondicional que me deram, respeitando meus momentos de ausência e me motivando sempre.

Agradeço a todos os meus colegas do Mestrado cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos, e em especial ao Sandro Ambrósio que dividiu comigo não só as viagens de Rondonópolis a Cuiabá, mas também as dúvidas, aspirações e trabalhos.

Por ultimo agradeço também, os funcionários da Biblioteca Pública Municipal Manoel Severino da Silva que foram sempre prestáveis, principalmente o servidor Riva que sempre me motivava e me auxiliava em tudo que era necessário.

“E aprendi que se depende sempre/De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas/das lições diárias de outras tantas  
pessoas.  
É tão bonito quando a gente entende/Que a gente é tanta gente. Onde  
quer que a gente vá./É tão bonito quando a gente sente. Que nunca está  
sozinho/Por mais que pense estar...”  
(Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

### **Dedicatória**

Aos meus pais, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa, por terem dedicado suas vidas a mim, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, dedico-lhes essa conquista como gratidão.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índios Bororos em desfile de 7 de setembro de 1995.....	p.22
Figura 2: Casario em Rondonópolis/MT décadas de 1940/1950.....	p.29
Figura 03: Coreto da Praça Brasil.....	p.33
Figura 04: Praça Brasil em 1970 – Rondonópolis/MT.....	p.33
Figura 05: Manifestação no Coreto da Praça Brasil em Rondonópolis/MT.....	p.34
Figura 06: Procissão na Igreja Matriz em 1960.....	p.36
Figura07: Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus.....	p.37
Figura 08: Vista parcial da Praça dos Carreiros 1970.....	p.39
Figura 09 – Slide da Oficina de Educação Patrimonial.....	p.69
Figura 10 – Vista aérea do Parque das Águas, Cais do Porto, Rio Vermelho e Casario.....	p.73
Figura11 – Visita Guiada ao Cais.....	p.74
Figura 12 – Observação livre do Cais do Porto de Rondonópolis.....	p.76
Figura 13 – Observação livre do Parque das Águas.....	p.78
Figura 14 – Exposição da História do Casario.....	p.79
Figura 15: Desenho – A1.....	p.81
Figura 16: Desenho – A2.....	p.82
Figura17:Desenho B1.....	p.83
Figura 18: Desenho – B2.....	p.84
Figura 19: Desenho – B3.....	p.84
Figura 20: Desenho – C1.....	p.85
Figura 21:Desenho – C2.....	p.86
Figura 22: Desenho – C3.....	p.86
Figura 22: Desenho - D1.....	p.87
Figura 23: Desenho - D2.....	p.88
Figura 24: Desenho – D3.....	p.89
Figura 25: Desenho – D4.....	p.89
Figura 26: Desenho – D5.....	p.90
Figura 27: Desenho – D6.....	p.91

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - RONDONÓPOLIS E SUA HISTÓRIA: ENTRE O RIO POGUBA, O CARRO DE BOI E OS BITRENS DO AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>18</b>
1.1 Rio Vermelho delineador dos caminhos à Rondonópolis .....	20
1.2 Do carro de boi aos bitrens do agronegócio .....	26
<b>CAPÍTULO 2 - PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDONÓPOLIS NO ENSINO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS.....</b>	<b>41</b>
2.1 Patrimônio Cultural: o que é e o que representa para o ensino de História?.....	42
2.2 Patrimônio cultural como lugar de memória no ensino de História.....	48
2.3 Educação Patrimonial no ensino de história.....	51
<b>CAPÍTULO 3 - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO.....</b>	<b>57</b>
3.1 A pesquisa em sala de aula.....	60
3.2 - Perfis dos estudantes.....	62
3.3 - Oficina Educação Patrimonial.....	65
3.4. O ensino-aprendizagem fora da sala de aula.....	72
3.5 Narrativa e registros das atividades.....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## Introdução

Pensar qual o lugar e o papel que o ensino de História representa nos Anos Iniciais é uma problemática relevante, articulada a essa complexa questão está o objetivo principal deste trabalho que é de compreender como os estudantes se apropriam do conhecimento histórico, nessa etapa do Ensino Fundamental.

A disciplina de História, nessa etapa do Ensino Fundamental foi marcada em sua trajetória, por mudanças e reestruturações didáticas, segundo Circe Bittencourt<sup>1</sup>, o ensino sempre esteve presente nas propostas curriculares do ensino primário brasileiro, variando sua importância desde o século XIX até o atual. A autora também afirma que métodos e conteúdos foram organizados e elaborados com o objetivo de constituir uma identidade nacional, e que ainda hoje no século XXI se fazem presentes na organização curricular da disciplina.

Para a Historiadora Selva Guimarães Fonseca<sup>2</sup> as diversas mudanças, no currículo da disciplina de História foram decorrentes de sua função formativa e de seu objeto de estudo, a realidade social, sendo esta, alvo do poder político, já que, o governo se utiliza de políticas públicas, para formar desde cedo nas crianças noções de homem, sociedade e política que, estejam de acordo com sua proposta política.

Neste trabalho não farei o detalhamento das diversas mudanças ocorridas no ensino dessa disciplina, no entanto apresentarei as mudanças e propostas ocorridas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs) de 1971 e 1996, pois são essas leis que direcionaram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Orientações Curriculares (OCs) do estado de Mato Grosso.

A LDB de 1971 foi produzida no contexto social da Ditadura Militar e a principal mudança na disciplina de História, neste período foi à diluição da mesma, e sua aglutinação com Geografia compondo a disciplina de Estudos Sociais, logo, segundo Bianca Zucchi<sup>3</sup> “o ensino de História perdeu suas especificidades e passou a ter o conteúdo controlado mais de perto pelos militares”.

O ensino compartimentado, sequencial e centrados nos aspectos histórico/geográfico/físico/humano/cultural de forma padronizada era difundido pel

---

<sup>1</sup>BITTENCOURT, 2011, p. 60

<sup>2</sup>FONSECA S. G., 2009, p. 24

<sup>3</sup>ZUCCHI, 2012, p. 20

orgão competentes e Secretárias de Educação<sup>4</sup> em forma de leis, pareceres e resoluções que regulamentavam o currículo. Assim afirma Selva Guimamarães Fonseca:

A partir da Lei 5.692/71, o governo editou uma série de leis, pareceres e resoluções normatizando os princípios e doutrinas – enfim, regulamentando a implantação da reforma educacional. Uma das características da reforma é a centralização das decisões sobre o ensino nas esferas governamentais, reforçando uma tendência que vem desde a Escola Nova. Apesar de a considerarem uma “descentralização articulada”, o controle técnico-burocrático sobre a escola e o professor é acentuado. Os currículos são reformulados<sup>5</sup>.

A partir do início da década de 1980 desencadeou-se no país uma nova organização dos professores, que buscava através do processo democrático uma reformulação do currículo de História. Ocorreram neste período intensos debates e críticas acerca da História ensinada, aumentou-se consideravelmente os debates acadêmicos, as discussões e as publicações enfatizando com isto a renovação das práticas do ensino de História.

É nesse contexto de fim da Ditadura Militar e de debates acerca de uma nova prática pedagógica, para o ensino de História e Geografia, que ocorreram as primeiras mudanças, primeiramente nas escolas. Somente em 1993, que foi oficializada a independência das disciplinas de História e Geografia, a partir de então a disciplina de Estudos Sociais foi substituída pelas disciplinas de História e Geografia.

Em 1996, aprovou-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei 9.394/96), essa atual legislação educacional descentralizou a elaboração e implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, desenvolveu diversos programas de formação inicial e continuada para professores, assegurou relativa autonomia e liberdade aos professores, para trabalharem diferentes temas, por meio de diversas metodologias.

Essa nova reformulação a respeito de como ensinar História rompeu com o ensino voltado, para a memorização de fatos e datas e com um ensino que, privilegiava os feitos dos heróis da pátria, o qual muitas vezes consistia-se num ensino desconectado da realidade social do estudante.

Diante dessa nova perspectiva de História é que se insere este trabalho, ao propor uma pesquisa a fim de compreender como os estudantes dos Anos

---

<sup>4</sup>FONSECA S. G., 2009, p. 20

<sup>5</sup> Ibidem

Inicialmente, ao construir conhecimentos históricos acerca da História Local, esse objetivo expõe algumas questões intrínsecas ao ensino de História, tais como: o que da cultura, da memória, da experiência humana devemos ensinar em nossas aulas de História? O que é válido e importante? O que merece ser ensinado da História Local e Regional? O que interessa aos estudantes aprender em História?

Essas questões fizeram parte da reflexão realizada para se chegar a problemática de como os estudantes constroem conhecimento histórico local, na perspectiva da metodologia da Educação Patrimonial, essa problemática direcionou a pesquisa e as ações educativas realizadas.

Para se compreender como o estudante constrói conhecimento acerca da História Local é necessário se conhecer a História Local, procurei portanto, identificar as fontes documentais e bibliográficas a respeito da História da Cidade de Rondonópolis/MT.

A análise e reflexão acerca da História da Cidade propiciada por Carmelita Cury em sua obra “Do bororo ao prodoeste” (1971) permitiu-me reconhecer que os índios bororos foram os primeiros habitantes do Vale do Rio Vermelho, como também compreender aspectos do cotidiano dos primeiros colonizadores desta terra, os desafios e conquistas para permanência e consolidação de uma cidade independente e desenvolvida.

No mesmo intento de reconhecer a participação bororo na História da Cidade o Historiador Ailon do Carmo, em “Reminiscências de Rondonópolis” (2002), na tentativa de reparar as injustiças sofridas pelos bororos na história, desse Território, dedica um capítulo para apresentar as contribuições socioculturais dos índios bororos, para a cultura atual e principalmente, o auxílio e serviços prestados aos brancos no desbravamento, deste Território.

Assim, para a compreensão da vida cotidiana em Rondonópolis/MT desde sua primeira ocupação até a década de 1980, através da visão dos primeiros colonizadores, utilizei-me da obra “Rondonópolis - MT: um entroncamento de mão única; o processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros, 1902-1980” (1993), da professora e Historiadora Luci Léa Lopes Martins Tesoro, sendo uma fonte de grande valia, pois a autora recupera a memória da Cidade através de relatos de pessoas que vivenciaram o início da urbanização da cidade, e recompõe a História do processo de ocupação, colonização e crescimento econômico.

Contribuíram para descortinar a História da formação urbana de Rondonópolis/MT, o livro “Tradição e modernidade no Cerrado: a Cidade de Rondonópolis” (2010), do Historiador Renilson Rosa Ribeiro, também o Documentário

“Memória Viva”, (1991) da Fundação Jaime Campos, que traz uma reflexão acerca dos primeiros moradores de Rondonópolis/MT e faz um apanhado da História e manifestações culturais da Cidade, do mesmo modo colaboraram os jornais “A Cruz” (1940-1950), “Estado de Mato Grosso” (1950), dentre outros.

A compreensão da História da Cidade de Rondonópolis/MT, seus sujeitos, os caminhos percorridos, a consolidação desse Território como cidade, as idas e vindas de pessoas, o povoamento, despovoamento e povoamento possibilitou a classificação de locais considerados lugares de memória e Patrimônio Histórico e Cultural.

É preciso salientar que o conceito de memória empregado neste trabalho foi composto a partir das interpretações de Le Goff (1990), o qual afirma que documentos e monumentos, materiais da memória coletiva e da História, não são um conjunto do que existiu no passado, “mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores<sup>6</sup>”, o autor ressalta ainda que o documento não é inócuo (...) resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria, também contribui para esta compreensão Maurice Halbwachs que em seu livro “Memória Social” (2006) discute a memória como um fenômeno socialmente construído, portanto memória coletiva; o mesmo afirma que nossas lembranças são organizadas em um tempo e espaço cujas divisões só fazem sentido em relação ao grupo que fazíamos parte, também propõe em sua obra que as lembranças coletivas se aplicam sobre as individuais, mas é preciso que as lembranças individuais estejam presentes, senão nossa memória funcionaria num vazio, demonstrando que todo ato de memória tem um elemento específico que é a existência da consciência individual.

Contribuindo ainda para se pensar sobre a Memória na Educação Patrimonial, Pierre Nora (1993) trabalha a memória da interface com a aceleração da História, um fenômeno que se processa na atualidade e as ações políticas empreendidas, no sentido de conservação da memória e da História em lugares destinados a tal fim<sup>7</sup>.

Ao refletir sobre a problemática da aceleração da História, em que as memórias estariam condenadas ao esquecimento, os autores Figueira e Miranda(2012) defendem,

---

<sup>6</sup>LE GOFF, 1990, p. 283

<sup>7</sup>Apud (SILVA J. M., 2011)

contudo que “o estudo dos ‘lugares de memória’ permite, portanto, perceber os diferentes usos que os meios sociais e políticos fazem da memória<sup>8</sup>”.

De fato, a memória no Patrimônio Histórico foi instituída ou silenciada face ao projeto de memória, que se pretendeu instituir, os autores Cano, Oliveira e Fonseca (2012), afirmam que por certo essa prática revela o comportamento dos sujeitos frente aos lugares de memória, projetando-o apenas à contemplação ou à rememoração de personagens específicos de um lugar.

Deste modo, a identificação dos lugares de memória se deu a partir da contribuição deste local para a história da Cidade, esse olhar para a Cidade em busca de registros de sua História, me fez perceber a cidade como fonte que precisa ser desvendada, refletida, descortinada, para apreender as interações culturais que a alicerçou.

O trabalho que se apresenta foi desenvolvido a partir da reflexão de uma cidade viva, que foi construída, por intermédio de sujeitos, que a vivenciou e deu-lhe vida, aderi aqui a compreensão de território de Rachel Rolnik (1990) para pensar a cidade, esta autora defende que “não existe território sem sujeito”<sup>9</sup>, neste sentido evidenciar as transformações, tramas e interações, que permearam os processos históricos da Cidade de Rondonópolis/MT é formar uma consciência social do passado, é também demonstrar que a Cidade se constituiu em um processo de tempo e que marcas dessas ações foram deixadas por diversos grupos sociais, algumas marcas são mais visíveis que outras, cabe, então através da reflexão em torno da memória e da cultura identificar essas marcas, assegurando o direito de lembrar e de ser lembrado de todos os atores da História dessa Cidade.

Como transformar esses conceitos em conteúdos escolares? Como levar a cidade viva e seus sujeitos aos estudantes assegurando-lhes uma compreensão histórica dessas transformações que ocorreram no tempo e na História Local? Essas são as principais questões levantadas por educadores ao se pensar a História Local e Regional em uma perspectiva de ensino de História, em que o estudante apreende, mediante suas relações com o tempo, o espaço social, a cultura e o ambiente.

Tendo em vista essas reflexões e por intermédio da pesquisa participante, que conforme aponta Lindomar Alves Faermam (2014) “o conhecimento é um produto histórico e plural, que se origina na experiência e se forja nas relações, entre homens e a

---

<sup>8</sup>FIGUEIRA, MIRANDA, 2012, p. 54

<sup>9</sup>ROLNIK, 1990, p. 28

natureza<sup>10</sup>”, é que realizei oficinas sobre a metodologia da Educação Patrimonial, com professores e ações educativas, com estudantes, por meio de visitas guiadas aos locais de memória do Município de Rondonópolis/MT.

Considerarei neste trabalho como ação educativa toda atividade planejada, com a finalidade de propiciar ao estudante construir conhecimento. Nesta perspectiva, as ações educativas além do seu objetivo principal, que é o de investigar como os alunos constroem conhecimento acerca da História Local, tiveram também, o de sensibilizar os docentes a incluírem em seus planejamentos; o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em que vivem, para a promoção e valorização desses bens culturais, por intermédio da Educação Patrimonial.

Assim, quanto aos aspectos metodológicos, definia metodologia da Educação Patrimonial, pois a mesma tem um importante papel na formação de sujeitos capazes de reconhecerem sua História e cultura, como Patrimônio Histórico de um lugar, já que a mesma tem como objetivo prover a formação de pessoas capazes de conhecerem e refletirem sua própria História Cultural, indagando a memória preservada e dando voz às silenciadas.

As atividades desenvolvidas tiveram como tema a História Local, como parte integrante de uma totalidade, que se relaciona com as vivências próximas aos estudantes, como as memórias familiares e a comunidade, em que os mesmos estão inseridos.

As ações educativas aconteceram predominante em uma Escola Pública Estadual do Município de Rondonópolis/MT, com alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, e seguiram as seguintes etapas: a) Pesquisa com instrumento semiestruturado, para identificar os saberes de estudantes e professores, sobre os lugares de memória e Patrimônio Cultural de Rondonópolis/MT; b) Oficina de Educação Patrimonial com professores do 1º e 2º ciclos; c) Visitas guiadas aos Patrimônios Culturais de Rondonópolis/MT, com estudantes do 2º ciclo.

Mediante estas etapas, pude apreender as impressões dos alunos acerca da disciplina de História e sua relação com a História do Município. Diante disto procurei identificar quais locais os estudantes consideravam históricos, para posteriormente realizarmos as visitas guiadas, estabelecer um processo dialógico, em que as vivências e conhecimentos docentes a respeito da História do Município resultassem em uma proposta educativa e, também levar os estudantes a compreenderem a ocupação humana e

---

<sup>10</sup>FAERMAM, 2014, p. 50



formação da Cidade de Rondonópolis/MT, reconhecer o Casario como Patrimônio Histórico e Cultural do Município, e por fim possibilitar-lhes o desenvolvimento da capacidade de observação e reflexão crítica frente a monumentos e narrativas históricas.

As etapas expostas contribuíram para compor o perfil dos estudantes, desenvolver a metodologia da Educação Patrimonial com professores, analisar as narrativas históricas dos estudantes e apreender como estes estudantes compreendem e constroem a consciência histórica acerca da formação urbana da Cidade em que vivem.

Para tanto, esta dissertação está composta por três capítulos, sendo o I capítulo, denominado de “Rondonópolis e sua História: Entre o Rio Poguba, o Carro de Boi e os Bitrens do Agronegócio”, o II capítulo intitulado de “Educação Patrimonial no Ensino de História” e por fim o III capítulo, “Os Caminhos Para a Construção do Conhecimento Histórico”.

O primeiro capítulo apresenta a História de Rondonópolis/MT a partir das fontes documentais e bibliográficas identificadas na pesquisa, neste sentido, a História da Cidade é expressa a partir do Rio Vermelho, reconhecendo-o como um importante agente na história do Município, também reitera-se neste capítulo a participação borora na construção desse Território, também é concedido espaço neste capítulo a relevância do carro de boi, com seus carreiros aos colonos e seus bitrens na consolidação de uma Cidade pólo do agronegócio. Há também neste capítulo uma síntese dos lugares considerados Patrimônios Históricos e Culturais da Cidade e que também são narrativas vivas de vivências de um povo e de sua História.

O segundo capítulo desenvolve uma reflexão teórica acerca do ensino de História e a Educação Patrimonial, expõe algumas questões acerca do Patrimônio Cultural, que auxiliam a compreensão de algumas narrativas, tanto de professores como de estudantes a respeito do que pensam sobre Patrimônio Histórico e Cultural, também ressalta a importância do Patrimônio Cultural como espaço de memória e ensino de História, apresenta os objetivos desenvolvidos ao longo da História do Brasil, acerca do Patrimônio e do ensino de História, e aponta as possibilidades de se romper com o ensino de História voltado à contemplação dos feitos heroicos, na busca de consolidar um ensino, em que o estudante seja parte integrante da História, reconhecendo sua História, valorizando-a e preservando-a.

O terceiro capítulo discorre acerca das ações educativas, tanto a oficina de Educação Patrimonial, quanto à visita guiada ao Patrimônio Cultural, também traz relatos das experiências e análises das narrativas de professores e estudantes acerca da História

Local, Educação Patrimonial e Patrimônio Histórico e Cultural, ademais também apresenta o perfil dos professores e estudantes sujeitos da pesquisa. Apresenta ainda a análise das narrativas dos estudantes desenvolvidas nas ações educativas e que foram sistematizadas em forma de desenho e escrita. As análises e interpretações dessas narrativas compõem a resposta à problemática levantada, neste trabalho, como se constrói o conhecimento histórico local e regional dos estudantes dos Anos Iniciais?

Sendo, portanto, nas Considerações Finais desse trabalho expressa as conclusões a respeito de como os estudantes constroem conhecimento histórico, bem como as impressões da pesquisadora acerca das ações educativas, dos locais visitados e das políticas de valorização e preservação do patrimônio na Cidade de Rondonópolis/MT, por fim assinala algumas alternativas para o ensino de História envolvendo o Patrimônio Cultural.

## **Capítulo1 - RONDONÓPOLIS E SUA HISTÓRIA: ENTRE O RIO POGUBA, O CARRO DE BOI E OS BITRENS DO AGRONEGÓCIO**

Rondonópolis/MT é apenas o nome de um lugar social, um Território, uma cidade, e como toda cidade, se apresenta “como um pulsar de espaços e lugares interpenetrados” <sup>11</sup>, é este lugar social, especificamente o espaço urbano desta Cidade, que se torna objeto deste capítulo. Considerando que o espaço urbano possibilita cotidianamente contato entre diversos grupos sociais, lugar onde se entrecruzam moralidades contraditórias e que aproximam mundos, que são parte de um mesmo todo, mas separados, buscou-se nas ruas, praças e monumentos evidências desse processo que caracterizam a história desta Cidade.

Ao buscarmos marcas do passado, no espaço urbano da cidade estamos procurando nos movimentos de ir e vir de pessoas e do tempo, as interações sociais e apropriações que ficaram registradas em meio às mudanças sociais, que esta vivenciou, conforme observa Yvone Dias Avelino (2013) a cidade é repleta de complexidade, entrelaçando vivências no seu processo de construção e desconstruções de aspirações, objetivos e execuções, o que dá a ela essa natureza produtora de linguagens que devemos estar aptos a decodificá-las,

Uma cidade é sempre um palco de representações, de vivências variadas. Um palco de derrotas, de afirmações, de esperanças, de solidariedades, de violências, onde as tramas humanas se entrelaçam e se desvelam numa continuidade relâmpago. Toda essa complexidade é caráter paradoxal do urbano, no seu rápido processo de construção e desconstrução de sonhos, projetos, planejamentos, execuções, imposições e insubordinações, tornando a cidade um objeto privilegiado de pesquisas dos mais variados conhecimentos científicos. Objeto este que impõe suas formas de leituras e interpretações por ser a cidade uma produtora de linguagens, que devemos sempre estar aptos a decodificá-las<sup>12</sup>.

Esse olhar para a cidade em busca dos registros de sua história, nos faz perceber a cidade como fonte, que precisa ser desvendada, pesquisada, refletida, descortinada para

---

<sup>11</sup> ARANTES, 1994, p. 191

<sup>12</sup> AVELINO, 2013, p. 10

se apreender as interações interculturais que a alicerçou, assim também aponta Yvone Dias Avelino ao discorrer sobre a complexidade que envolve o estudo das cidades em meio as diversas interpretações e as variadas fontes<sup>13</sup>.

Nesta perspectiva, a cidade é pensada como uma construção viva de sujeitos que a vivenciou e a deu vida, concebemos a cidade como território, apropriando-se do conceito de território definido por Rachel Rolnik (1990), de espaço vivido, “não existe território sem sujeito<sup>14</sup>”, neste sentido aponta Sebastião Leite (1994) “Baudelaire nos lembra que as cidades são vivas, justamente porque são habitadas. E, por serem vivas, mudam”<sup>15</sup>.

Cabe registrar que olhamos para cidade com um olhar atento a descobrir as experiências de agentes ativos em sua construção, não observamos a cidade como um território estático, mas sim como palco de transformações, interações e tramas que nem sempre são visíveis a todos.

Descortinar essas transformações, tramas e interações que permearam os processos históricos da Cidade de Rondonópolis/MT é formar uma consciência social do passado, e, é também demonstrar que a Cidade se constituiu em um processo de tempo e que marcas dessa ação foram deixadas por diversos grupos sociais, algumas marcas são mais visíveis que outras, cabe então através da reflexão em torno da memória e da cultura identificarmos essas marcas, assegurando o direito de lembrar e ser lembrado de todos os atores da história dessa Cidade, já que segundo Wim Wenders (1994) “as cidades não contam as histórias, mas podem contar algo sobre ‘A História’. As cidades podem trazer em si a história, e mostrá-la, podem tornar visível ou ocultá-la. Como os filmes, elas podem abrir seus olhos ou fechá-los. Elas podem esvaziar ou alimentar sua imaginação”<sup>16</sup>.

Neste sentido é importante salientar que a História da cidade não é apenas o conhecimento do passado conforme aponta a autora Yvone Dias Avelino:

A história de uma cidade não é somente uma contribuição ao conhecimento do passado, que vai aumentar o patrimônio das lembranças históricas, mas permite também considerar o presente numa perspectiva mais ampla, onde a somatória das informações nos ajuda a

---

<sup>13</sup> AVELINO, 2013, p. 08

<sup>14</sup> ROLNIK, 1990, p. 28

<sup>15</sup> LEITE, 1994, p. 284

<sup>16</sup> WENDERS, 1994, p. 187

projetar com maior consciência e responsabilidade o futuro do ambiente urbano<sup>17</sup>.

Ademais apresenta-se neste capítulo, as múltiplas memórias e tradições que constituíram a Cidade de Rondonópolis/MT. Neste intento, construiu-se uma interpretação da História da Cidade identificando o Território, que fez parte do cotidiano de muitas famílias ao longo da história e atualmente, inclusive dos estudantes participantes desta pesquisa.

As cidades não nasceram do dia para noite, elas foram construídas aos poucos por pessoas de diferentes nacionalidades e regionalidade, fato que demonstra a diversidade cultural, que permeia as marcas e memórias deixadas no tempo pelos sujeitos que fizeram a história de um lugar, logo não se difere a História da constituição de Rondonópolis/MT. Apresenta-se ao longo deste capítulo lugares que a sua arquitetura e sociabilidade são marcas da constituição da cidade ao longo do tempo, inferimos que os locais relacionados são frutos de uma subjetividade coletiva, produto dos sujeitos deste lugar.

### **1.1 - Rio Vermelho delineador dos caminhos a Rondonópolis/MT**

Interessa reconhecer que o Rio Vermelho foi um importante ator na história de Rondonópolis/MT, foi esse rio que permitiu a chegada dos primeiros ocupantes, e ainda a permanência destes neste inóspito lugar, logo discorre-se sobre a trajetória das primeiras ocupações de Rondonópolis/MT a partir da influência do rio na vida dos moradores.

Às margens do Rio Poguba<sup>18</sup> viviam os índios bororos que desfrutavam do rio, da mata, das terras, das aves e dos animais, tudo que ali havia era de sua propriedade. O Rio Poguba era o delineador do caminho dos bororos, já que estes viviam à sua margem, em toda sua extensão. A autora Carmelita Curyem seu livro “Do bororo ao prodoeste” (1973), afirma que “a nossa tribo bororo assinala a parte de um capítulo na

---

<sup>17</sup> AVELINO, 2013, p.9

<sup>18</sup> Segundo FERREIRA & SILVA, 2008, p. 186 “A denominação de Poguba ao Rio Vermelho tem precisamente o significado – rio de águas avermelhadas”, o nome Poguba é de origem bororo.

etnografia brasileira. Acredita-se que seja originária da Bolívia, donde se transplantou para o Vale do São Lourenço”<sup>19</sup>.

Assim como na História do Brasil, o processo de colonização da Cidade de Rondonópolis/MT suprimiu os indígenas da sua História e não só da História, mas também do Território.

Porém, nesse ambiente de relações de força, foram os bororos os que mais sofreram os efeitos da dominação e do controle social. Até os anos 60, eles moravam bem próximos à cidade, do outro lado do córrego do Arareau e do Rio Vermelho, e tentaram resistir ao processo de urbanização, quando então as ruas passaram a ser demarcadas e eles foram empurrados mais para dentro das matas<sup>20</sup>.

Vale destacar que alguns historiadores e memorialistas têm buscado inserir novamente o índio bororo, na História deste Território são tentativas de reparar as injustiças sofridas pelos índios que detinham a posse do Território Rondonopolitano. Em sua obra intitulada “*Reminiscências de Rondonópolis*” (2002), Ailon do Carmo, enfatiza que a história da cidade não pode prescindir as contribuições socioculturais dos habitantes dessa terra, antes da chegada do homem “civilizado”, e principalmente do auxílio e serviços prestados aos brancos no desbravamento desta região, o autor ainda reitera que sua obra tem o objetivo de levar aos atuais habitantes de Rondonópolis/MT, conhecimento sobre os verdadeiros pioneiros desta terra<sup>21</sup>.

O livro “Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única” (1993) da Historiadora Luci Léa Lopes M. Tesoro faz uma referência às relações de força e controle social que eram empreendidas em Rondonópolis/MT nas primeiras décadas do século XX, e afirma que os índios foram os que mais sofreram os efeitos dessa dominação.

Segundo Tesoro (1993), os indígenas moravam às margens dos Rios Arareau e Vermelho e tentaram resistir ao processo de urbanização até a década de 1960, época em que aceleraram as obras urbanas e os bororos foram empurrados para dentro das matas<sup>22</sup>. Para ilustrar esse fato a autora apresenta depoimentos de pessoas, que testemunharam as agressões sofridas pelos bororos à sua cultura e modo de viver.

---

<sup>19</sup>CURY, 1973, p. 10

<sup>20</sup>TESORO, 1993, p. 147

<sup>21</sup>CARMO, 2002, p. 24

<sup>22</sup>TESORO, 1993, p. 147

Segundo a entrevistada, já faz vinte anos ou mais que os indígenas pararam de conviver com a cidade, rechaçados que foram, ao longo dos anos, pelos moradores que os discriminavam em nome dos preceitos de civilidade, imputando-lhes cognomes vis, como os de preguiçosos, bêbados, molambentos, sujos, bichos desalmados. Eles foram postos de lado igual a objeto descartável e desprezível, de modo que foram perdendo espaço e garantias de sobrevivência na região<sup>23</sup>.

**Figura 1: Índios Bororos em desfile de 7 de setembro de 1995**



Fonte: Arquivo pessoal da Historiadora Laci Maria Araújo Alves

Feito as considerações aos primeiros habitantes de Rondonópolis/MT a pesquisa avança para as marcas deixadas pelos primeiros colonizadores, desse Território, já que estes foram testemunhas da formação urbana da Cidade, de acordo com Yvone Dias Avelino (2013) “os estudos históricos tornam-se então, duplamente necessários para que não se deixe cair no esquecimento os cenários da vida passada, e para restituir profundidade à experiência do ambiente urbano<sup>24</sup>.

Em pesquisas bibliográficas, os autores João Carlos Vicente Ferreira<sup>25</sup>, Renilson Rosa Ribeiro<sup>26</sup> e Luci Léa L. Martins Tesoro<sup>27</sup> relatam que as primeiras ocupações às margens do Rio Vermelho ou Poguba, são identificadas no final do século XIX, pelo destacamento militar, que abriu caminhos para o então tenente Candido Mariano da Silva Rondon, que estabeleceu uma ponte de apoio para a Comissão de linhas telegráficas nesta região.

---

<sup>23</sup>TESORO, 1993, p. 147

<sup>24</sup>AVELINO, 2013, p. 9

<sup>25</sup>FERREIRA & SILVA, 2008

<sup>26</sup>RIBEIRO, 2010

<sup>27</sup>TESORO, 1993

Mas, foi por volta de 1902 e 1907 que famílias vindas de Goiás iniciaram a colonização da comunidade no Vale do Rio Vermelho,

A viagem foi longa. Depois de quatro meses de cavalgada pelo Centro Oeste, perdendo objetos, morrendo novilhas, chegaram ao seu destino. Luis Esteves dos Santos e Manuel Conrado encontraram uma terra habitada por índios. Muito cerrado, córregos d'água e um imenso rio de água vermelha conhecido pelos índios como Rio Poguba (tendo o mesmo significado pela sua cor avermelhada). Este rio muito profundo era coberto de pedregulhos, lugares rochosos, arenosos, poções, areias um tanto movediças, e canais profundos. A forte correnteza das águas vermelhas transportava no seu leito de água doce e saborosa, patos, marrecos, coriângos, centenas de anhumas, garças, emas, diversos pássaros menores, sabiás, rolinhas, pombas, juritis, beija-flores e também entre as tantas o vítreo encantado das borboletas azuis. O sol já declinava no poente quando acamparam perto da Cachoeirinha, avizinhandose do Rio Vermelho este casal, juntando todas as tralhas, estenderam no solo uma pequena capa e cochonilo tempo ali colocaram as crianças menores, as quais já cansadas pela viagem vão conciliar num sono de inocência<sup>28</sup>.

Neste primeiro período de colonização as famílias sobreviviam da sua força de trabalho e coragem, pois havia ameaças de doenças, falta de alimentos e condições de moradia precárias. Para ilustrar esse período segue a narrativa de Dona Nair, moradora do antigo povoado, citada pela Historiadora Luci Léa L. M. Tesoro, em sua obra:

Estradas...não havia; foram feitas picadas com facão e foices, e por isso, num dado momento – depois de três/quatro meses de caminhada-, eles ficaram impossibilitados de prosseguir viagem e se fixaram nas proximidades do Rio Poguba. Com o tempo, as dificuldades foram aumentando, a ferida brava tomou conta de todos, eles começaram a passar necessidades, até chegarem ao estado de miséria mesmo! Nessa época, aqui não havia outros moradores a não ser os índios... Assim, em 1905, Manuel Conrado vai até a Colônia Thereza Cristina – onde havia posto telegráfico – e passa um telegrama para o posto do Alemão, em Goiás, para seu irmão José Rodrigues, pedindo ajuda<sup>29</sup>.

Já Carmelita Cury (1973) apresenta uma das primeiras narrativas, acerca da História da colonização de Rondonópolis/MT, a que diz respeito ao pedido de ajuda de Manuel Conrado, conforme apresenta a autora:

---

<sup>28</sup>CURY, 1971, p. 14

<sup>29</sup>Apud (TESORO, 1993, p. 64)



José Rodrigues dos Santos um ex político e um dos grandes fazendeiros de Palmeiras, estando a par dos acontecimentos. Imediatamente, arrumou uma escolta de carregamento e provisões em geral. Encheu os carros de boi de mantimentos, equipando-se de tudo, trouxe recursos e víveres para a família de seu irmão Manuel Conrado. Parando na Colônia Tereza Cristina a grande aldeia indígena, transferiu os víveres e resto de mercadoria para as canoas, sendo assim enviado por água através dos índios<sup>30</sup>.

A chegada dos mantimentos coincide com o nascimento do primeiro filho do Rio Vermelho como descreve Cury:

CHEGADA — Quando foram alcançando as terras do Rio Vermelho depararam com a figura de Manuel Conrado, a andar fazendo caçadas. A alegria veio a calhar justamente no pior momento da crise, mas ao mesmo tempo condensar o meio ambiente daquela família, alegrando com os víveres o nascimento do primeiro filho do Rio Vermelho (Rondonópolis) a 3 de Janeiro de 1903<sup>31</sup>.

Portanto, é nesta época, que as demais famílias se instalam no povoado do Rio Vermelho, seguindo a rota do colonizador Manoel Conrado, sendo uma delas a família de José Rodrigues dos Santos, seu irmão. Deste modo, “nascia então, definitivamente, o ‘Arraial do Rio Vermelho, ou simplesmente ‘Rio Vermelho’ como era chamado o povoado por seus habitantes”<sup>32</sup>.

O jornal “A Cruz” em 1910, publica um artigo sobre a missão do padre Salesiano João Balzola de recenseamento dos bororos, neste artigo cita-se as várias famílias que moravam próximas ao Rio Vermelho, “o itinerário que a interessante e patriótica comissão percorreu foi o seguinte: Mimoso, Corrego Grande, São Lourenço, Rio Vermelho, onde moram várias famílias de trabalhadores goyanos<sup>33</sup>”.

Conforme Tesouro<sup>34</sup> “as famílias goianas fizeram sucessivas viagens e foram seguidas por cuiabanos e pessoas de outras cidades, deste e de outros Estados” compondo em 1915 um povoado em torno de sessenta a setenta famílias.

---

<sup>30</sup>CURY, 1973, p. 16

<sup>31</sup>CURY, 1973, p. 16

<sup>32</sup>NEGRÃO, 1987, p. 10

<sup>33</sup>1910, p. 4

<sup>34</sup>TESORO, 1993, p.26

Dessa maneira, a chegada da *Comissão Rondon* no povoado de *Rio Vermelho*, hoje Rondonópolis/MT provocou grandes mudanças, uma vez que o objetivo da Comissão era realizar levantamento topográfico na região, para a instalação das linhas telegráficas.

Além de Rondon chegou também ao povoado do Rio Vermelho, Otávio Pitaluga, político influente no Estado e responsável pelo levantamento topográfico da região. As pesquisas bibliográficas e documentais apontam que Pitaluga foi um dos maiores incentivadores do crescimento do povoado e durante muitos anos não mediu esforços para propiciar a essa terra status de cidade próspera.

Segundo Carmelita Cury (1973), foi Pitaluga que intermediou a conversa dos moradores do Vale do Rio Vermelho com o presidente do Estado Dr. Joaquim da Costa Marques a respeito da legalização das terras do povoado, levando ao presidente já a terra em questão delimitada e marcada, recebendo em 10 de agosto de 1915 o Decreto nº395, determinando a reserva da área de 2.000 hectares de terra, para o povoado do Rio Vermelho<sup>35</sup>.

Conforme Luci Léa Tesoro<sup>36</sup>, e o depoimento do Sr. Daniel Martins Moura ao Documentário “*Memória Viva de Rondonópolis-MT*”<sup>37</sup>, o então Deputado Otávio Pitaluga, que ficou no lugar do Marechal Rondon, quando o mesmo adoeceu e foi para o Rio de Janeiro se recuperar, alterou o projeto das linhas telegráficas, instalando-as em Rio Vermelho e não no Morro do Naboreiro, Rondon teria ficado descontente com tal fato e para acalmar os ânimos Pitaluga mudou o nome do Povoado do Rio Vermelho para Rondonópolis/MT, a decisão não agradou a todos, como relata dona Nair para o livro “Rondonópolis/MT um entroncamento de mão única”:

“[...]Desde muito tempo que o Rondon e o José Rodrigues tinham tido um ‘entrevero’ por causa de terras; e, com a mudança da rota do telegrafo, a coisa se complicou. (...) então, tentando contornar o problema, foi que Otávio Pitaluga mudou o nome do povoado para Rondonópolis, em homenagem a Rondon. (...) Nessa ocasião, o José Rodrigues não estava e, quando voltou e soube do ocorrido desgostou-se e mudou com toda a família para Boa Vista, onde tinha fazenda. Depois que meu sogro se retirou, ROO acabou...Até falavam ‘Rondobi’ – ‘bi’ na língua bororo significa ‘morreu’.”<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup>CURY, 1971, p. 36)

<sup>36</sup>TESORO, 1993, p. 73

<sup>37</sup>ALBUES, 1991

<sup>38</sup> Apud (TESORO, 1993, p. 74)

Argumenta Tesoro que a mudança do nome do Povoado foi a motivação para a mudança da família Rodrigues de Rondonópolis, assim como os Rodrigues outras famílias também se mudaram, segue então, as décadas de 1920 e 1930 como um período de despovoamento, mesmo neste período sendo construída a balsa sobre o Rio Vermelho e estradas que ligavam Cuiabá/MT a Rondonópolis/MT, Rondonópolis/MT a Goiás, e também, Rondonópolis/MT a Campo Grande/MT.

O jornal A Cruz (1918) publicou uma reportagem com o título “Prevendo o futuro” onde expõe à sociedade mato-grossense o projeto do então, Deputado Otávio Pitaluga, de instituir um novo nome para o Povoado do Rio Vermelho, este intento do Deputado foi definido na reportagem como Roondomania, um plano arquitetado para defesa dos interesses de Rondon.

Tal periódico coloca em questão, quais as verdadeiras intenções de Pitaluga e Rondon com a região, cita as divergências de Rondon e os Rodrigues e defende que se é para homenagear, que seja a família Rodrigues.

## **1.2 Do carro de boi aos bitrens do agronegócio**

Para Rondonópolis/MT o carro de boi é símbolo da agricultura familiar, eram os carreiros que traziam em seus carros de bois os mantimentos para o espaço urbano da Cidade, suas carroças transportavam a esperança de uma cidade prospera e desenvolvida, mesmo que o custo fosse a desinstalação desses colonos das suas terras para as grandes empresas do agronegócio, que também é representada nesta Cidade pelos bitrens que levam para a exportação os produtos desta terra. E é esse processo de desenvolvimento de Rondonópolis/MT que será discorrido a seguir.

Pode se inferir que a História da colonização de Rondonópolis/MT teve três períodos significativos, o primeiro com a ocupação das margens do Rio vermelho pelas famílias goianas entre 1902 a 1920; o segundo a partir de 1947 com a política de incentivo à colonização implementada pelo Governo do Estado e também o retorno de algumas famílias que haviam se mudado para Poxoréu/MT em busca do eldorado; o terceiro se caracteriza a partir de 1970 com as transformações progressista que elevou o município ao segundo maior de Mato Grosso, período que pode ser ilustrado pelo depoimento do Senhor Daniel Martins Moura “com o tempo, vem o rico, compra o

casebre do pobre, constrói um prédio e o expulsa para a periferia. Desse modo cresceu e cresce Roo”<sup>39</sup>.

Diante da afirmação do carro de boi aos bitrens do agronegócio, há uma indicação de que houve uma transformação, mudança do espaço urbano, um movimento que outorgou à cidade ares de desenvolvida, mas essa ‘evolução’ tem um custo, como define Wim Wenders (1994) “o que é pequeno desaparece. Em nossa época, só o que é grande parece poder sobreviver. As pequenas coisas modestas desaparecem, bem como as pequenas imagens modestas ou os pequenos filmes modestos”<sup>40</sup>, seguindo esta perspectiva o desaparecimento do carro de boi do espaço urbano da Cidade indica o progresso, a modernização das relações econômicas e sociais.

E é nas margens do *Rio Vermelho* que se encontra nossa primeira fonte, o *Patrimônio Histórico Cultural Casario*, um conjunto de casas construídas a partir de 1930 pelo primeiro balseiro da Cidade o senhor Inácio Pereira e vendida para o senhor Moisés Cury, um dos primeiros comerciantes da Cidade.

De acordo com a Sra. Terezinha Cury naquela época, o Sr. Moisés montou o primeiro e único “bolicho” do vilarejo; por esse motivo, todos da região vinham fazer suas compras em Rondonópolis-MT. Ele abastecia o “bolicho” comprando carne de gado de quinze em quinze dias em Poxoréo ou em Itiquira, para revender aos clientes do vilarejo e região<sup>41</sup>.

O *Casario* é uma importante fonte, pois foi local das primeiras interações sociais na Cidade de Rondonópolis/MT, é a partir do quintal do *Casario* que se abre a primeira rua da Cidade, a atual Avenida Marechal Rondon, e é também neste local que chegavam os viajantes, comerciantes, mascates ou mesmo aventureiros desta terra.

É a partir do *Casario* que se inicia o segundo período de povoamento de Rondonópolis/MT, logo após quase duas décadas sem um volume expressivo de moradores Rondonópolis/MT se torna alvo das famílias, que buscavam um lugar de oportunidades para viver e crescer, foi através desse discurso, que a propaganda sobre Rondonópolis/MT, muito incentivada e financiada por Marechal Rondon promoveu Rondonópolis, em pouco tempo.

---

<sup>39</sup>Apud (TESORO, 1993, p.94 )

<sup>40</sup>WENDERS, 1994, p. 186

<sup>41</sup>ROSALINA, 2006, p. 13

O Casario é uma construção com 24 casas construídas em “L” na beira do Rio Vermelho, são dois blocos com 12 casas em cada, a primeira casa fora construída ainda na década de 1930, e ampliada nas décadas de 1950 e 1960, insere-se na arquitetura de terra crua, pois foi utilizado em seu processo de construção o solo, sem processo de queima ou cozimento. O Casario também pode ser considerado como uma construção autoproduzida, ou seja, moradia construída pelos próprios moradores, sendo utilizado em seu processo de construção o adobe, conforme explica Érico de Oliveira e Silva:

O adobe pode ser caracterizado como um dos mais simples métodos construtivos, já que não exige muito mais do que os moldes, a terra local e a água, além disso, a forma do componente permite a diversificação da volumetria arquitetônica, o que atribui maior versatilidade a essa técnica do que as demais já apresentadas, o tijolo é também um dos componentes mais conhecidos na construção civil, por isso, sua forma causa menos estranheza àqueles pouco habituados ao exercício construtivo em terra crua.<sup>42</sup>

As casas feitas de adobe e alvenaria assim como o Casario, formam a arquitetura popular da década de 1940, a utilização do barro era muito comum nas casas de trabalhadores rurais ou garimpeiros.

Em 2013, o Casario foi comprado e tombado pela prefeitura de Rondonópolis/MT, transformando ele finalmente em Patrimônio Histórico da Cidade. Logo após o tombamento, o Casario entrou em reforma, foram mantidos a arquitetura artesanal e o ar artístico do local, os espaços que antigamente eram casas, hoje abrigam lojas de artesanatos, ateliês, restaurantes, bares e uma galeria de arte, o local também é utilizado para teatros, pequenos shows e eventos.

---

<sup>42</sup>SILVA, 2015, p. 24

**Figura 2: Casario em Rondonópolis/MT décadas de 1940/1950**



Fonte: NDHOC/UFMT/CUR

O Casario de antigamente, tendo o Rio Vermelho como quintal nos faz refletir quais tipos de relações eram estabelecidas entre os sujeitos neste Território. Qual a importância do “bolicho” do Sr. Cury para a constituição do comércio na Cidade? São questões relevantes que nos faz olhar para o bem cultural com outros olhos, de inquietude e curiosidade.

Maria deixa a visão panorâmica, desce e caminha até às margens do Rio Vermelho onde olha com atenção um Casario antigo localizado ali perto. Apesar da ponte de concreto que lhe roubou o entorno, ele permanece com toda a beleza rústica de uma construção simples dos anos 40. A pintura branca destaca as várias janelas e portas enfileiradas realçando a proximidade das casas geminadas e de telha comum. Maria se recorda que o quintal, e por extensão, o próprio rio, era de todos, principalmente, das mulheres e das crianças. No rio, as mulheres se encontravam para lavar roupas da família, para atualizarem as notícias e para trocarem experiência<sup>43</sup>.

O *Rio Vermelho* e o *Casario* constituem a origem da multiplicidade cultural que a Cidade de Rondonópolis/MT apresenta atualmente, pois foi através do rio que chegaram os primeiros habitantes, viajantes, colonizadores, vendedores, dentre outros, e por vezes foi o Casario que abrigou essas pessoas enquanto esperavam para seguirem viagem ou se estabelecerem no local.

<sup>43</sup> ALVES, 2001, p. 11

Toda cidade mesmo em seu primeiro período de colonização, quando nem ruas, praças ou locais de lazer estão instituídos, elege seus espaços de convivência, locais em que se pode desfrutar de lazer e manifestar suas crenças, posições políticas e demais manifestações culturais e sociais, Michel de Certeau (1994) reitera que “‘A cidade’, como um nome próprio, fornece assim um modo de conceber e construir o espaço tendo como base um número finito de propriedades estáveis, isoláveis, e interligadas”<sup>44</sup>, destarte Glauco Campello nos convida a pensar a cidade como um organismo, que estabelece por si próprio seus desdobramentos:

Pois as cidades são um organismo complexo, um inumerável conjunto de condicionamentos, que não deixam domar. Elas estabelecem, quase que por conta própria, o seu desdobramento, a sua morfologia. Contudo, a nossa ação é parte desses condicionamentos, nós somos parte da cidade<sup>45</sup>.

A expansão urbana de Rondonópolis/MT decorreu a partir do *Casario*, seguindo a Avenida Marechal Rondon e Amazonas, com limites na *Praça dos Carreiros*, mesmo apenas com ruas traçadas Rondonópolis/MT promovia o seu centro urbano, que foi sendo transformado logo no início da década de 1950.

Em pesquisa documental encontrou-se diversas reportagens, que anunciavam a nova Rondonópolis/MT, sempre como uma cidade em desenvolvimento e promissora, a título de exemplificar foram selecionados alguns trechos para revelar a intensa propaganda desenvolvida para a colonização da Cidade.

Nenhuma cidade de Mato Grosso cresceu tanto, progrediu assustadoramente como Rondonópolis. Há poucos anos era apenas um ponto negro no mapa do Estado de Mato Grosso, apenas com um nome aureolado e de grande prestígio a lhe emprestar a existência.<sup>46</sup>

Para Rondonópolis, futuro celeiro de Mato Grosso e do Brasil, estão chegando, assim como o General Rondon previu, os primeiros colonizadores e exploradores daquela futura região. Rondonópolis com suas terras férteis, com seu clima saudável, aguada em abundância e servida por estradas ligando a capital do Estado, à Uberlândia, Campo Grande, Goiânia, Barretos, Catanduva, Ribeirão Preto, São Paulo e outras, despertou a atenção de gente de escol que trabalho no amanhã da terra, tirando dela seu sustento. Comprando terras de terceiros,

---

<sup>44</sup>CERTEAU, 1994, p. 24

<sup>45</sup>CAMPELLO, 1994, p. 122

<sup>46</sup>O Estado de Mato Grosso, 1957, p. 1

animados de boas intenções para nela se estabelecerem com seus milhões de cafeeiros, muito são os agricultores que chegaram ultimamente a Rondonópolis.<sup>47</sup>

Rondonópolis, 1 (do correspondente) – Rondonópolis, a cidade de Rondon, um dos maiores brasileiros, e honra de Mato Grosso, viveu muito tempo esquecida, abandonada. A iniciativa particular fez reerguer de uma hora para outra. A sua arteria principal – a rua General Rondon, que até há pouco era um matagal está tranformada hoje em uma bela via cheia de predios de telha, de lado a lado. Além dessa rua principal outras estão surgindo, e já existem cinco ruas povoadas e uma grande praça onde está sendo cosntruída a Matriz. O seu comércio está se desenvolvendo dia a dia e a futura cidade já conta com três lojas de fazendas, dezesseis armazens, três açougues, uma maquina de beneficiar arroz, duas padarias, uma farmacia, um cortume, duas alfaiatarias, uma sapataria, sete pensões, um escritório de agrimessura duas ferrarias, duas serrarias, cinco carpintarias, três barbearias e seis olarias, além de ser sede de um juizado de paz e de uma Agencia Postal Telegrafica.<sup>48</sup>

A grande praça citada pelo jornal, na verdade era um terreno utilizado para jogos de futebol e também pela proximidade com a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, servia de palco para as manifestações religiosas e grandes festas, após 1950 esse terreno deu lugar à Praça Brasil.

A Praça Brasil localiza-se no quadrilátero central de Rondonópolis, seus limites compreendem à Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo, Avenida Fernando Corrêa da Costa, Avenida Amazonas e Avenida Cuiabá.

Na obra *Rondonópolis: imagens e memória* (2001) a Historiadora Laci Maria Alves apresenta a Cidade a partir do caminhar pelo espaço urbano, o caminhar para Antônio Arantes (1994) exercita a imaginação, libera lembranças e emoções, desperta narrativas e flagrantes de experiências passadas, leva aos lugares de memória social, e, é neste sentido ao caminhar pelo centro urbano de Rondonópolis/MT que Maria reencontra a Praça Brasil, e a apresenta a partir do olhar de quem cresceu em seu entorno, assim consegue dar significado aos detalhes que nos passam despercebidos,

No seu caminhar, Maria chega ao cruzamento da Avenida Marechal Rondon com a Rua Arnaldo Estevão Figueiredo, “a magia da esquina: intersecção de nomes e não de ruas”. Subindo pela rua ela aprecia a

---

<sup>47</sup> O Estado de Grosso, 1951, p.1

<sup>48</sup> Idem, 1950, p.3



Praça Brasil, a mesma Praça que fora palco de tantos encontros, procissões, futebol, desfiles, manifestações, etc. O mesmo ipê amarelo dá um toque especial e um colorido peculiar, ao lado de quase centenárias árvores vizinhas<sup>49</sup>.

Para compreendermos a importância da narrativa acima devemos aderir aos argumentos de Glauco Campello (1994), quando expõe que a cidade tem alma, o autor afirma que o olhar do habitante para a cidade é carregado de afetividade e salienta a importância desse olhar e da memória para a valorização dos signos que compõem o conteúdo histórico dela:

Torna-se evidente, na análise de Argan, o papel da memória e da valorização dos signos, vale dizer, do conteúdo histórico e afetivo que os habitantes atribuem às imagens que compõem a sua cidade. No entanto, esse conteúdo não pode estar isolado das soluções funcionais exigidas na organização e estruturação das atividades desenvolvidas pelo agregado social e urbano. A questão que se põe, para o desenvolvimento quantitativo e não mais qualitativo das cidades de hoje, é de como conciliar o atendimento às demandas de uma área industrializada e informatizada e a preservação daqueles valores em evolução, que constituem a alma das cidades<sup>50</sup>.

Um outro Patrimônio Histórico da *Praça Brasil* que também passa despercebido é o “Coreto”, a Historiadora Laci Maria Alves já argumentava sobre a invisibilidade do coreto, “bem no centro da Praça, existe um coreto [...] a maioria dos passantes sequer o percebem no lugar”<sup>51</sup>. Em uma atividade do grupo de Pesquisa Interfaces, com alunos de uma escola pública de Pedra Preta/MT, no centro histórico de Rondonópolis/MT, um estudante questionou “por que esse coreto aqui, qual a história dele?” E qual foi a surpresa, nenhum dos pesquisadores havia feito essa reflexão a respeito do coreto, lá no centro da Praça, não houve resposta naquele momento ao estudante.

---

<sup>49</sup> ALVES, 2001, p. 21

<sup>50</sup> CAMPELLO, 1994, p. 123

<sup>51</sup> ALVES, 2001, p. 22

**Figura 03: Coreto da Praça Brasil**



Fonte: Crônicas de uma Praça chamada Brasil / Raimundo Soares de Andrade

O coreto da Praça Brasil fora construído em 1967, concomitantemente com a Praça Brasil, a arquitetura inicial do coreto se difere do que se hoje, em sua primeira composição havia um anel em volta do coreto com grades de ferro fundido na cor prata, também uma floreira, no meio desse anel havia um lago revestido com cerâmica azul, que conferia ao lago um azul lindíssimo, esse coreto assim como a Praça teve sua construção no período da ditadura e exercia a função de exaltação política, haja vista o nome da Praça.

**Figura 04: Praça Brasil em 1970 – Rondonópolis/MT**



Fonte: NDHOC/UFMT/CUR

Hoje o coreto continua no centro da Praça, sem a floreira de seu entorno e sem o lago azul, após a reforma da Praça no ano de 2000, no entanto o coreto e a Praça,

desempenham naturalmente uma função social muito bem definida, é neste lugar que acontecem as principais manifestações políticas da população de Rondonópolis/MT, sendo o coreto palco de uma grandiosa manifestação contra a reforma da previdência em 2016.

**Figura 05: Manifestação no Coreto da Praça Brasil em Rondonópolis/MT**



Foto: Varlei Cordova – Fonte: Site Agora MT

Esse fato evidencia a forma de como olhamos para o Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade. No capítulo II estabelece-se uma discussão acerca do Patrimônio Histórico e Cultural, mas se faz necessário elucidar aqui o seu significado, mesmo que em síntese: Patrimônio é o conjunto de bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais, quanto imateriais (intangíveis), que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material, e é neste sentido que Glauco Campello (1994) aponta que “para entender o significado mais amplo do Patrimônio Cultural Urbano, teríamos antes de mais nada, de conhecer a cidade, vemos, por outro, que a memória histórica e afetiva, selecionada pela visão de seus habitantes, desempenha um papel fundamental para o resguardo da sua unidade e continuidade”<sup>52</sup>, destarte o olhar do habitante revela qual relação estabelecemos com os espaços, para a autora Laci Maria (2001) o coreto carrega representações e importante significado na história da Cidade e de sua população,

Apesar da insignificância com a qual hoje se apresenta, o coreto é um espaço carregado de representações: foi palco de eloquentes discursos políticos, de animadas apresentações de cantores e de bandas musicais;

---

<sup>52</sup>CAMPELLO, 1994, p. 125

cenário de sonhos, amores e de promessas de tantos namorados. Um simples coreto, um chafariz, uma rampa circular eram as características principais da Praça; simbolizavam a união das pessoas que apesar dos desencontros cotidianos, vivenciavam momentos lúdicos, rompiam sua cotidianidade e partilhavam conversas banais, ao som de melodias de sucesso, como “a Praça”. Quem sabe, quantas pessoas tenham ali cantarolado: “a mesma Praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim...”<sup>53</sup>.

Assim como a Praça Brasil, a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, também compartilha da invisibilidade, muitos passam pela Praça e enxergam a Igreja, mas não conhecem a importância dessa instituição para a Cidade e como a sua estrutura se mostrou moderna para a década de 1970.

A História da Igreja Matriz se entrelaça a História dos Franciscanos, em Mato Grosso, como podemos observar no livro do cinquentenário da instituição,

Foram muitas as dificuldades enfrentadas para se chegar a Mato Grosso. Os missionários utilizavam os mais diversos meios de transporte, tais como trem-de-ferro movido a lenha, navio a vapor, balsas nem sempre seguras, carroças, canoas, jardineiras, etc. Dentre os primeiros missionários, estava o Frei Eucácio Shimitt, padre Comissionário e primeiro superior da missão Franciscana em Mato Grosso, de 1938 a 1949, e de 1949 a 1958. Além do frei Eucácio, com presença marcante em Rondonópolis, D. Wnibaldo Taller, membro da Missão Franciscana, contribuiu de forma indelével para o crescimento de Rondonópolis tanto no aspecto religioso quanto educacional e social<sup>54</sup>.

A primeira capela católica da Cidade foi construída em 1951, era a primeira Igreja de Rondonópolis/MT, se localizava em frente ao espaço escolhido pela população como centro da Cidade, era o lugar em que se divertia e se rezava.

Localizou-se no jornal “A Capital” de 1949 o anúncio da primeira festa de caráter religioso, segundo o jornal, à realizar-se na Cidade, denominada de Festa de João Batista, estava prevista para realizar-se em junho do ano citado, no convite menciona-se a futura instalação da Matriz Sagrado Coração de Jesus<sup>55</sup>.

A fotografia abaixo mostra uma celebração na primeira Igreja Matriz por volta da década de 1960, pode se observar um agrupamento de pessoas em uma provável procissão, a imagem nos faz inferir como a Igreja se fazia importante para os moradores da Cidade, pois propiciava a interação social e cultural nas suas celebrações.

---

<sup>53</sup> ALVES, 2001, p. 23

<sup>54</sup> NASCIMENTO, LIBANO, & ALVES, 2010, p. 10

<sup>55</sup> FESTA de João Batista. **A Capital**, Cuiabá, 29 de maio. 1949.

**Figura 06: Procissão na Igreja Matriz em 1960**



Fonte: NDHOC/UFMT/CUR

Na década de 1960 com a Cidade em crescimento, o Frei Antônio em viagem pela Alemanha obteve o projeto arquitetônico da Igreja Matriz, com características modernas, inspirada na cultura alemã, tendo o formato de uma barca, ocorrendo em 1963 o lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz.

A primeira capela teve seus materiais conservados e serviu para a construção de uma nova capela na região rural do Marajá, proximidade de Rondonópolis/MT, a nova Igreja tinha seus materiais de construção trazidos de São Paulo e alguns até mesmo da Alemanha. Em 1967 a Igreja já estava totalmente pronta, uma construção moderna, cartão de visita da Cidade, construção em formato de barca, com vitrais coloridos e com uma particularidade em seu interior, um grande crucifixo com um Cristo Negro.

Ao se chegar hoje na Praça Brasil e observar a Igreja Matriz com sua arquitetura moderna, pode-se fazer os seguintes questionamentos: ela sempre foi desta forma? Que atores fizeram parte da construção dessa Igreja? Qual a função dessa Igreja na História da Cidade de Rondonópolis/MT? Suas paredes e contornos nos dizem algo de um passado recente, mas que aos olhos dos pequenos estudantes dos Anos Iniciais se tornam tão distantes?

**Figura07: Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus**



Fonte: Jornal Regional MT- maio/2018

A construção rápida e moderna da Igreja Matriz representa bem o período em que Rondonópolis/MT se encontrava, a Cidade estava desde 1950 em franco crescimento urbano, desenvolvendo o comércio local e o agronegócio.

Como marca desse progresso foi construída a Praça dos Carreiros, como um símbolo histórico dos limites entre a cidade urbana e rural. O local em que a Praça foi construída por muito tempo serviu de lugar de passagem e descanso dos colonos que vinham de suas terras, vender seus produtos e realizar compras, chamado então de carreiros, por virem com seus carros de bois carregados de produtos da colônia agrícola.

Ao se observar a Praça dos Carreiros hoje, pode-se identificar um espaço vazio, não de significado, mas de interações sociais, que marcaram sua origem e trajetória nas décadas de 1960 a 1990. Descaracterizada pelo abandono por parte do poder público, bem como, pela falta de valorização como bem histórico e cultural, a Praça dos Carreiros não inspira mais a população rondonopolitana a utilizá-la como espaço de lazer e centro comercial.

A atual situação da Praça esconde a importância histórica, que esse espaço teve para o desenvolvimento do comércio, na Cidade de Rondonópolis/MT, além do local ter sido espaço de intensas interações sociais e culturais entre as décadas de 1960 e 1990.

Naquele cenário de idas e vindas de pessoas, carroças e animais, os vendedores ambulantes e donos de casas comerciais davam diferentes contornos para os movimentos da cidade. Era um vai-e-vem de todo



tipo de gente, tendo a Praça dos Carreiros, no final das duas avenidas, como um dos pontos de encontro. Ali era lugar de fazer negócios de terras, de parada dos trabalhadores rurais com seus cavalos ou suas carroças, de encontro dos mascates, dos vendedores ambulantes, de curiosos e viajantes. À sombra do pé de pequi, as pessoas se encontravam para viver e fazer cidade<sup>56</sup>.

De acordo com os dados cronológicos relacionados na Ficha Cadastral de Imóveis Históricos da Prefeitura de Rondonópolis<sup>57</sup> o espaço em que a Praça se encontrava, em 1949 era apenas um terreno grande e baldio, que servia como ponto de demarcação da região urbana e rural de Rondonópolis/MT.

Debaixo de uma frondosa árvore os carreiros, viajantes, mascates e moradores paravam para descansar, trocar mercadorias e colocar a conversa em dia, instalando-se assim um ponto de comércio informal, e o terreno baldio do Sr. João Ferreira transformou-se num centro de comercialização e interações sociais.

Portanto, o nome *Praça dos Carreiros* foi uma homenagem aos primeiros agentes de transformação do espaço vazio e privado, em um espaço público de intensas interações sociais. Os carreiros que traziam alimentos das colônias e espaços rurais foram os principais atores, no processo de criação da referida Praça.

Na década de 1970 transferiu-se para o espaço dos Carreiros a feira livre, que acontecia na Avenida Marechal Rondon com a Rua Major Otávio Pitaluga, diante desta nova dinâmica social, o Território ganha um novo aspecto, é neste espaço que os moradores trazem seus produtos para serem comercializados, havia nessa época um grande número de colônias agrícolas e o espaço urbano se limitava às duas Avenidas Amazonas e Marechal Rondon, sendo este espaço o palco dos encontros da população urbana e rural.

A Praça dos Carreiros foi de fato inaugurada na década de 1980, pelo então Prefeito Valter de Souza Ulisséia, é nesta época que o coreto se torna bem histórico cultural, pois foi em torno dele que aconteceram os festivais de música, as rodas de conversas dos jovens, os discursos políticos, e, diversas outras atividades sociais e culturais da Cidade.

---

<sup>56</sup>RIBEIRO, 2010, p. 50

<sup>57</sup>(*Apud* PANOSSO NETTO, 2001)

**Figura 08: Vista parcial da Praça dos Carreiros1970**



Fonte: NDHOC/UFMT/CUR

No fim da década de 1990, a Praça dos Carreiros já começa apresentar sinais de abandono, depredação e esquecimento, observa-se que este espaço que outrora foi ponto de encontro, lazer e comércio não é mais atraente, a população o utiliza apenas como um terminal de ônibus.

A partir de 2012, autoridades políticas do Município, empreenderam campanha para cobrar da Prefeitura Municipal a reforma e revitalização da Praça, o argumento utilizado era o de valorização do bem histórico da Cidade, que estava se deteriorando e apagando a história que esse Território traz consigo.

As cobranças de revitalização da Praça surtiram efeito e desde 2012 há uma tentativa de revitalização da Praça, permeadas por grandes discussões, as obras de revitalização desse importante espaço parece obedecer a jogos políticos. Neste intento, a Prefeitura já apresentou projetos de revitalização e um de reforma da Praça, sendo o de reforma duramente criticado pelos representantes da cultura e historiadores da Cidade, visto que descaracterizava a Praça das suas origens.

Observa-se nas manifestações populares, na imprensa local, um grande descontentamento com a atual situação da Praça, muitas pessoas manifestam o desejo de uma nova praça, com arquitetura moderna, sem os traços históricos hoje presente. Esse discurso evidencia a importância da História Local no Ensino Fundamental, há por parte da população um desconhecimento do valor histórico e cultural desse bem patrimonial. A população não se vê como parte de um processo de construção desse espaço, além de não enxergar os atores invisíveis desse espaço, os carreiros, os mascates, os primeiros



comerciantes, os viajantes que por aqui se estabeleceram e que contribuíram com sua força de trabalho e cultura para a consolidação de uma cidade próspera e acolhedora.

A história de um local se faz com as interações de diversos atores, alguns são eternizados em monumentos, livros, jornais, fotografias, outros serão apenas lembrados pelo exercício de reflexão que temos que fazer todos os dias, como por exemplo, indagar que marcas esse lugar carrega? Quem colocou esses tijolos aqui? Quem levantou esse coreto? Quem utilizou esse espaço? Que ações foram efetivadas neste Território? São perguntas que nos aproximam das relações, que os diversos agentes históricos estabeleceram para construção de uma identidade social comum a todos, em um tempo e contexto que, só a história é capaz de emergir para se pensar os caminhos percorridos, para a constituição do que hoje chamamos de nossa cidade, Rondonópolis/MT.

Apresentar esses locais e sua trajetória histórica integra o objetivo de identificar e destacar os lugares de memória da História de Rondonópolis/MT, para a produção de uma atividade educativa, com vistas a desenvolver a consciência histórica de estudantes do Anos Iniciais acerca da História Local, compartilho do pensamento de Wim Wenders (1994) a respeito do olhar da criança sobre o espaço urbano, e em como estas crianças constroem conceitos sobre o espaço e si mesmo, no exercício de observar as paisagens:

As paisagens e as imagens urbanas despertam nas crianças emoções, associações, ideias, histórias. Temos tendência a esquecê-las quando envelhecemos. Aprendemos a nos proteger dos nossos conhecimentos de infância, da época em que tínhamos bastante confiança em nossos olhos e em que o que víamos determinava nossa concepção de nós mesmos e da pátria<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup>WENDERS, 1994, p. 186

## **Capítulo 2- PATRIMÔNIO CULTURAL DE RONDONÓPOLIS/MT NO ENSINO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS**

Romper com as práticas tradicionais de ensino de História é hoje um dos grandes desafios de professores do Ensino Fundamental e Médio, sendo recorrente o exercício da prática pedagógica centrada no professor e nos “conteúdos” do livro didático.

Por muitos anos o ensino de História se concentrou nos fatos históricos, geralmente produto de feitos heroicos individuais, essa prática tinha como objetivo formar no estudante a identidade nacional. Neste sentido, os conteúdos eram alicerçados em uma temporalidade cronológica, principalmente pela periodização política e valorização de datas comemorativas. A História nesta perspectiva apresenta-se de forma narrativa, com versões “oficiais” da História e centrada apenas no documento escrito como fonte histórica.

E foi este desafio, de cessar uma prática centrada no professor, que não objetivava levar o estudante a desenvolver consciência histórica e crítica da realidade, que levou-me a pesquisar e propor ações educativas em que o ensino de História contribuísse para a cidadania e desenvolvimento da capacidade de análise da História plural e multifacetada, em que o estudante e as suas vivências também fazem parte da História, principalmente a local e regional.

As ações educativas propostas e desenvolvidas nesta pesquisa, compreendem que ensino de História deve propiciar aos estudantes uma análise e reflexão do processo histórico a partir das suas experiências, enquanto sujeito histórico, Margarida Maria Dias Oliveira (2010) salienta que “o ensino da história precisa se relacionar com os sujeitos que aprendem começando pela tarefa de ensinar aos alunos a sua história e o seu papel enquanto sujeitos históricos”<sup>59</sup>, e, é a partir deste sentido que o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade auxilia no desenvolvimento da aprendizagem histórica dos alunos.

Constitui-se este capítulo numa abordagem histórica do conceito de Patrimônio Cultural, suas definições no contexto nacional, bem como a regulamentação das políticas de preservação do Patrimônio, os desafios que as abordagens conceituais sobre Patrimônio apresentaram ao longo do tempo e a importância do tema Patrimônio Histórico e Cultural para o ensino de História. Em continuidade apresenta-se uma discussão sobre o Patrimônio

---

<sup>59</sup>OLIVEIRA M. D., 2010, p. 19

Cultural como lugar de memória, no ensino de História e também uma reflexão de que memória os Patrimônios preservaram e se preservam atualmente, e por fim evidencia-se a metodologia da Educação Patrimonial, como esta auxilia no processo de ensino-aprendizagem, para a apropriação e valorização da herança cultural de uma comunidade, povo ou região, pelos estudantes.

## 2.1 Patrimônio Cultural: o que é e o que representa para o ensino de História?

A escola é um dos primeiros locais de sociabilidade da criança, depois da casa e da família, isto posto o ensino assume a responsabilidade de formar na criança suas primeiras concepções acerca do Patrimônio Cultural, logo o ensino de História tem o compromisso de promover a diversidade cultural, para que a criança desenvolva sua consciência cultural, com vistas a compreender e valorizar os bens culturais.

À vista disso tem se observado nos últimos anos “atitudes de valorização do que é identitário das comunidades”<sup>60</sup> e esse interesse tem influenciado pesquisas a respeito do Patrimônio Cultural e principalmente dos bens culturais, que retratam ou inspiram a memória histórica de um lugar, seu Patrimônio.

Frequentemente atribui-se o significado de herança à palavra Patrimônio, neste sentido a noção de Patrimônio confunde-se assim com a de propriedade herdada, etimologicamente, *Patrimônio* apresenta essa característica de herança, visto que a palavra é originária do latim *patrimoniun*, que deriva de *pater* (pai), cujo significado é herança ou propriedade paterna<sup>61</sup>.

Historicamente o conceito de Patrimônio Cultural foi constituído concomitante à formação dos Estados Nacionais em fins do século XVIII, com o objetivo de fazerem uso dessas narrativas, para construir memórias, tradições e identidades, assim, o significado de Patrimônio passou do particular para o conjunto de cidadãos<sup>62</sup>. Há, portanto, autores que mencionam que o conceito em discussão apresenta caráter milenar, estando presente no mundo clássico e na Idade Média<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup>PINTO H., 2009, p. 271

<sup>61</sup>OLIVEIRA L. L., 2008, p. 114; ABREU, 2008, p. 34

<sup>62</sup>GONÇALVES J. S., 2002, p. 116

<sup>63</sup>GONÇALVES J. S., 2003, p. 26

Pode-se observar que o conceito de Patrimônio teve base na ideia de “nação”, desenvolve-se a concepção de bem comum, de compartilhamento de uma raiz comum, seja território, ancestral, cultura, dentre outros. Estabelece-se a noção de Patrimônio como bem coletivo associado ao sentimento nacional, onde o bem deve estar acessível a todos os cidadãos, desse modo os bens materiais, que pertenciam à nobreza passa a ser herança de todo o povo<sup>64</sup>.

É nesse contexto que surge a definição do Patrimônio “*de pedra e cal*”, uma das características dessa noção de Patrimônio é explicitada por José R. Santos Gonçalves<sup>65</sup> ao apresentar a noção de monumentalidade, como um gênero do discurso do Patrimônio Cultural, este discurso está fundamentado na tradição, na visão homogênea da nação, o Patrimônio é considerado o meio, pelo qual os indivíduos entram em contato com a nação e sua tradição.

O Patrimônio Cultural por meio da monumentalidade atribui ao monumento a função de estabelecer uma relação com o passado, reconstituindo o fio partido da tradição. Esses monumentos são objetos de artes e arquitetura (casas, palácios, fortes, igrejas, prédios públicos, construções urbanísticas, etc.), por isso chamado de Patrimônio de “*pedra e cal*”.

No Brasil, a partir da década de 1920, começou-se a pensar sobre o Patrimônio Histórico, privilegiaram-se políticas de Patrimônio que contribuísse para materialização da “tradição” e do passado, adotando políticas de acautelamento de monumentos com o objetivo de preservar edificações e obras de artes. Essa medida foi institucionalizada pelo tombamento dos bens históricos.

É neste contexto que em 30 de novembro de 1937 surge o Decreto-Lei nº 25, com o objetivo de organizar e proteger o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fica definido no Decreto 25/1937 qual a concepção de Patrimônio o Brasil se apropriava:

**Art. 1º** Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante da praça e Artístico Nacional, depois de inscritos

---

<sup>64</sup> (PRATA, 2009, p. 20)(ABREU, 2008, p. 35)(GONÇALVES J. S., 2002)

<sup>65</sup> GONÇALVES J. S., 2002

separada ou agrupadamente num dos quatro livros do tombo, de que trata o art. 4º desta Lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana<sup>66</sup>.

Os efeitos dessa política são relatados como restritiva<sup>67</sup>, por ser entendida exclusivamente como tombamento, reforçava a ideia de uma política de preservação conservadora e elitista, eurocêntrica, pois privilegiava bens de grupos sociais de tradição europeia. A autora também salienta que essa política acabou por produzir um retrato de nação que se identificava com a dos colonizadores europeus, reduziu-se o Patrimônio Cultural Brasileiro às características predominantemente portuguesas.

Destarte, não se pode negar que o Decreto 25/1937 instaurou uma política de Patrimônio, mesmo voltada para monumentos e centrada no tombamento, foram essas políticas que contribuíram para a preservação de edificações e obras de arte.

A partir de diálogos entre diversos cientistas sociais e reflexões críticas sobre a função do Patrimônio, realizada não apenas no Brasil, mas mundialmente, é que se ampliou o conceito, não mais apenas de monumentalidade. Nesta nova definição, os Patrimônios são “instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público”<sup>68</sup>.

A Constituição Federal de 1988, já em seu artigo 216 abordava o Patrimônio Cultural Brasileiro, na perspectiva de Patrimônio material e imaterial:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

---

<sup>66</sup>BRASIL, 2013, p. 25

<sup>67</sup>FONSECA, 2003

<sup>68</sup>GONÇALVES J. S., 2002, p.24

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>69</sup>.

O conceito recente de Patrimônio como bem cultural, não mais centrado nos aspectos materiais, mas nos aspectos do modo de ser, fazer e viver de diferentes grupos sociais tem nesta nova configuração a função de registrar e acompanhar essas práticas culturais.

É possível preservar uma “graça” recebida? É possível tomar “os sete dons do Espírito Santo”? Certamente não. Mas é possível sim, preservar, por meio de registros e acompanhamento, lugares, objetos, festas, conhecimento culinário, etc. É nessa direção que caminha a noção recente de “patrimônio intangível”, nos recentes discursos brasileiros acerca de patrimônio<sup>70</sup>.

Neste trabalho, abordou-se a historicidade do conceito de Patrimônio, para apresentar a importância deste na construção do conhecimento histórico, neste sentido concordo com José R S Gonçalves<sup>71</sup> quando afirma que “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma pessoas”, é através do Patrimônio Cultural, que os grupos sociais, historicamente estigmatizados, se inserem na memória da “nação”.

Reitera-se que a ideia de preservação do Patrimônio é uma prática social, que resulta da relação da sociedade com sua cultura. Ao propor que estudantes do Ensino Fundamental conheçam o Patrimônio Cultural da sua cidade estamos propiciando a estes sujeitos em formação a oportunidade de se relacionar com sua cultura, de interagir com o bem cultural, de questioná-lo, pôr a prova mediante suas vivências familiares e sociais.

Diante disto, importa desenvolver nos estudantes através do Patrimônio, a consciência da importância de diversos grupos na constituição histórica do local, em que ele vive, é de fato um dos objetivos, o de desenvolver nos estudantes o pensamento de que todo sujeito produz e consome cultura e tem direito de criar e preservar seu modo de ser, viver e fazer.

O Patrimônio Cultural é considerado de fundamental importância para a memória de determinadas sociedades, grupos ou lugares, pois assim como define Lucia Luppi

---

<sup>69</sup>BRASIL, 2013

<sup>70</sup>GONÇALVES J. S., 2003, p. 29

<sup>71</sup>Idem, p. 31

Oliveira<sup>72</sup> o mesmo desempenha “a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação”.

Segundo Le Goff<sup>73</sup> “o Patrimônio, como a Identidade está estreitamente ligado à História e à Memória, sendo, muitas vezes, lugar de escolhas apaixonadas e de conflitos ardentes”, destarte considera-se Patrimônio neste trabalho como “tudo aquilo que nos é intimamente próximo”<sup>74</sup>, que parte das experiências vividas nas ruas e praças da cidade, da materialidade da história vivida nas diversas construções, que remetem ao cotidiano em determinada época.

Destarte uma questão pode ser levantada, qual a importância de se trabalhar com Patrimônio no ensino de História nos Anos Iniciais? De acordo com o BNCC<sup>75</sup>, uma das habilidades a serem desenvolvidas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é “inventariar os Patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses Patrimônios ao longo do tempo”<sup>76</sup>, tendo em vista que este mesmo Documento reitera que o ensino de História tem como objetivo pensar a diversidade dos povos e suas culturas:

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de Patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup>OLIVEIRA L. L., 2008, p. 114

<sup>73</sup>LE GOFF, 1998, p11, apud PINTO, 2009, p.273

<sup>74</sup>PINTO H. , 2009, p. 271

<sup>75</sup>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>6</sup>, e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)<sup>7</sup>, a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL M. , 2017, p. 7)

<sup>76</sup>BRASIL M. , 2017, p. 365

<sup>77</sup>BRASIL M. , 2017, p. 355

Para também responder a indagação acima, recorre-se conjuntamente da contribuição da Historiadora Helena Pinto (2009) sobre as ações educativas relacionadas ao Patrimônio:

o desenvolvimento de ações educativas relacionadas com o Patrimônio Local apresenta uma dupla faceta pedagógica e científica: por um lado, revela-se extremamente motivador para os alunos por que lhes permite realizar atividades sobre temas que lhes despertam o interesse, pela sua relação com um passado de que ainda reconhecem vestígios; por outro, o recurso ao Meio como objeto de estudo permite ao aluno a integração e a compreensão da sociedade onde se insere<sup>78</sup>.

Em conformidade com a BNCC<sup>79</sup> as ações educativas, com Patrimônio Histórico e Cultural propiciam ao estudante, olhar para uma praça, uma rua, igreja e identificar a memória que hoje portam, a história da cidade. Assim Laci Maria Araújo Alves descreve o objetivo de procurar sentido na cidade “flamar, passear, vagabundear, olhar com atenção, observar, enfim, importam menos os verbos que o propósito: olhar a cidade com olhos que buscam para além da visibilidade o sentido das coisas”<sup>80</sup>, assim também argumenta Antônio Arantes (1994):

Ao caminhar pela cidade, cruzam-se constantemente fronteiras, atravessam territórios interpenetrados. O trajeto efetivamente percorrido (com afetividade) no chão é diverso daquele que se percebe num sobre voo ou que se pode varrer com o olhar estrategicamente colocado, quando se mira de algum ponto seguro. Os passos do caminante atento não costuram simplesmente um aos outros pontos desconexos e aleatórios da paisagem. Ele se arrisca, cruzando umbrais, e assim fazendo ordena diferenças, constrói sentidos, posiciona-se<sup>81</sup>.

Na busca pelo sentido, representações e significados que ficaram registrados nos lugares de memória da cidade, o estudante enquanto sujeito do meio, que se relaciona com esse espaço, dentro de uma cultura herdada e construída no tempo, desenvolve a consciência de pertencimento à História dessa cidade, o indivíduo se apropria do tempo vivido para transformá-lo em história, não meramente pelo observado, mas pela reflexão que este é capaz de realizar sobre esse espaço, deste modo,

---

<sup>78</sup>PINTO H. , 2009, p. 275

<sup>79</sup> Base Nacional Comum Curricular

<sup>80</sup> ALVES, 2001, p. 01

<sup>81</sup> ARANTES, 1994 , p. 196



Deve-se ter presente que, nas relações sociais dentro de certa cultura, a consciência do pertencimento individual e comum à história é construída ao longo de um processo de reflexão, no qual e pelo qual o ‘mero ocorrido’ no tempo transforma-se em história. É certamente constituída pela experiência da vida pessoal em sociedade a reflexão pela qual o agente racional humano, a cada momento e em cada lugar, se apropria do tempo vivido para transformá-lo em tempo refletido e, com isso, em história<sup>82</sup>.

Contribui com essa reflexão a Historiadora Laci Maia A Alves (2001) ao afirmar que é a “inquietude da experiência, do vivido”<sup>83</sup> que propicia a busca dos sentidos, não de uma história linear, mas de uma história de pessoas que exprimiram suas vivências e relações sociais na arquitetura da cidade, nos monumentos, na nomenclatura das ruas, prédios e praças.

Ao se pensar o Patrimônio-Histórico-Cultural passível de transformações constantes, resultantes da ação humana de urbanização, modernização e adequações a modelos econômicos, deparamo-nos com uma memória que está continuamente em risco de perda<sup>84</sup>.

O ensino de História se entrelaça à Educação Patrimonial ao propiciar ao estudante uma percepção e reflexão da História Local e assim provocando nestes sujeitos um novo sentido de relacionar-se com o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, pode-se afirmar que “o sujeito consolida, renova, altera, desenvolve sua identidade particular em meio à cultura histórica envolvente e conformadora, em cujo seio se encontra” (MARTINS, 2017, p. 200).

## **2.2 Patrimônio Cultural como lugar de memória no ensino de História**

Compreender como a memória se configura na História e sua importância para o ensino de História é um dos objetivos propostos neste item, já que o Patrimônio Cultural por muitos anos se constituiu e consolidou a favor da preservação e manutenção de uma

---

<sup>82</sup>MARTINS, 2017, p. 196

<sup>83</sup>ALVES, 2001, p. 01

<sup>84</sup>PINTO H. , 2009, p. 272

memória nacional, e ainda hoje os bens culturais têm por objetivo a valorização e a preservação da memória de um lugar, povo, modo de fazer e criar.

Atualmente há uma discussão nos meios acadêmicos a respeito da Educação Patrimonial e dos Lugares de Memória, onde pesquisadores do campo da História, Museologia, Antropologia e outras ciências se empenham em construir conceitos e novas visões a respeito das memórias preservadas nos espaços urbanos das cidades. Pode se inferir, que o debate a respeito desse tema leva-nos a compreender que a valorização e preservação do Patrimônio Cultural da cidade, têm por objetivo instigar nas pessoas uma reflexão crítica acerca dos modos de fazer, ser e pensar de um determinado tempo.

Os monumentos, os objetos dispostos em museus, às edificações tombadas como Patrimônio Histórico Cultural devem promover a interpretação, a construção de identidade, o reconhecimento de si como sujeito histórico, rompendo com o aspecto meramente contemplativo desses espaços, e designando a eles o papel de um lugar de memórias.

O papel da Memória na Educação Patrimonial está inerente a sua finalidade, pois assim como afirma a Historiadora Jocenaide Maria R Silva (2011) a “memória está no particular e no social [...] é primordial para a história das pessoas de um lugar”<sup>85</sup>, destarte se mostra como aspecto central na compreensão do Patrimônio Cultural.

Contudo é preciso salientar que o conceito de Memória é complexo e profundo. Muitos filósofos e cientistas vêm a séculos protagonizando intensos debates na Academia a respeito do campo conceitual da Memória. Contudo, atualmente há uma convergência entre as pesquisas:

Na atualidade, o conceito e, sobretudo o funcionamento da memória ganhou importantes aportes das ciências físicas e biológicas. Ao lado delas, as Ciências Sociais e a Psicologia também têm a memória individual e coletiva como um dos seus campos de investigação. Os estudos envolvem necessariamente os conceitos de retenção, esquecimento, seleção. Como elaboração a partir de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup>SILVA J. M., 2011

<sup>86</sup>KESSEL, 2011

Para compreender as relações existentes entre História e Memória a presente pesquisa apropriou-se das interpretações de Memória Social e Coletiva. Dentre os autores que se destacam neste campo está o medievalista Jaques Le Goff, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”<sup>87</sup>.

Maurice Halbwachs, dedica-se a discutir a memória como um fenômeno socialmente construído, portanto memória coletiva, afirma que nossas lembranças são organizadas em um tempo e espaço cujas divisões só fazem sentido em relação ao grupo que fazíamos parte, também propõe em sua obra que as lembranças coletivas se aplicam sobre as individuais, mas é preciso que as lembranças individuais estejam presentes, senão nossa memória funcionaria num vazio, demonstrando que todo ato de memória possui um elemento específico que é a existência da consciência individual<sup>88</sup>.

Contribuindo ainda para se pensar sobre a Memória na Educação Patrimonial, Pierre Nora, trabalha a memória da interface com a aceleração da História, um fenômeno que se processa na atualidade e as ações políticas empreendidas no sentido de conservação da memória e da História em lugares destinados a tal fim<sup>89</sup>.

Ao refletir sobre a problemática da aceleração da história em que as memórias estariam condenadas ao esquecimento, o livro “Educação Patrimonial nos Anos Finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas” defende, contudo que “o estudo dos “lugares de memória” permite, portanto, perceber os diferentes usos que os meios sociais e políticos fazem da memória”<sup>90</sup>.

De fato, a memória no Patrimônio Histórico foi instituída ou silenciada face ao projeto de memória que se pretendeu instituir, por certo essa prática revela o comportamento dos sujeitos frente aos lugares de memória, projetando-o apenas à contemplação ou à rememoração de personagens específicos de um lugar<sup>91</sup>.

A busca do conhecimento do Patrimônio Cultural por meio da investigação da memória deve ser fomentada pela reflexão e indagação gerada pelo movimento vivo da memória de todos os agentes e testemunhos da História.

---

<sup>87</sup> GOFF, 1990, p. 426

<sup>88</sup> HALBWACHS, 2006

<sup>89</sup> Apud (SILVA J. M., 2011).

<sup>90</sup> FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 55

<sup>91</sup> CANO, OLIVEIRA, & FONSECA, 2012

O que nos concede os parâmetros para a realização desse exercício é a plena consciência do mundo em que se vive no presente. Assim sendo, a memória é um elemento essencial da identidade individual e coletiva, e deve ser conquistada para que possamos conferir sentido as nossas existências sociais<sup>92</sup>.

### 2.3 Educação Patrimonial no ensino de História

Para o ensino de História com o Patrimônio Cultural se faz necessário uma metodologia capaz de promover o conhecimento, a preservação e valorização dos bens culturais, tangíveis e intangíveis.

Destarte, para este fim e um trabalho pedagógico, sistemático e permanente com o Patrimônio Cultural, desenvolveu-se a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**<sup>93</sup>.

Nesta perspectiva a Educação Patrimonial é um processo de ensino-aprendizagem sensível às questões da História Cultural, com vistas levar o estudante à prática da reflexão histórica. Bem como, para que ocorra a Educação Patrimonial é preciso superar a concepção de proteger e preservar o Patrimônio Cultural é necessário internalizar o sentimento de valorização do bem, que só é adquirido conforme compreensão do bem Cultural como parte integrante da história e identidade do sujeito.

É preciso deixar claro, assim como afirma Alexandre Pena Matos, que a Educação Patrimonial não é uma disciplina, mas uma ferramenta que deve permear todos os

---

<sup>92</sup>FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 60

<sup>93</sup>HORTA, GRUNBERG, & MONTEIRO, 1999, p. 5

conteúdos e disciplinas escolares<sup>94</sup>. A Educação Patrimonial se configura como um instrumento de preservação e valorização dos Bens Culturais.

A Educação Patrimonial não se dá apenas nos espaços escolares, se faz na universalidade dos espaços sociais, ela está presente nos lugares em que abrigam os bens Culturais da sociedade. Por Educação Patrimonial,

“entende-se a utilização de museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas – os lugares e suportes de memória – no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educadores e futuros cidadãos da importância da preservação desses bens culturais” (ORIÁ, 1998 p. 133). Educar para conhecer. Conhecer para preservar. Preservar os bens culturais para que se possa conhecer/produzir conhecimento sobre uma sociedade em determinado tempo e espaço, isto é história. Essa deve ser a finalidade da Educação Patrimonial<sup>95</sup>.

Por conseguinte, as ações educativas que objetivam a construção de uma Educação Patrimonial perpassam pelos espaços, em que essa memória está sendo mantida, conservada e ao mesmo tempo exposta para a reflexão.

Os bens culturais, neste sentido, têm como finalidade despertar o senso de pertencimento a uma sociedade, grupo, comunidade e lugar, mas também pode ser utilizado pelos poderes públicos como um instrumento de afirmação de um conceito de identidade nacional, étnica, religiosa, ou cultural, neste sentido Helena Pinto, reitera que é necessário distinguir quais as intenções para a preservação do patrimônio, se apenas para corresponder às necessidades de uso, ou se para enaltecer determinados objetos como símbolo<sup>96</sup>.

À vista disso, ao refletir sobre Educação Patrimonial e Cultura Material busca-se provocar nos estudantes a perspectiva de um olhar para o Patrimônio como parte da sua história, resultante de processos de continuidade ou descontinuidade de uma memória social coletiva.

Compreende-se que a “Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem

---

<sup>94</sup>MATOS, 2009

<sup>95</sup>CHAVES, 2013, p. 63

<sup>96</sup>PINTO H. , 2009, p. 273

nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva”<sup>97</sup>.

As ações educativas da Educação Patrimonial devem possibilitar aos estudantes relacionar os diversos lugares de memória ao Patrimônio Cultural<sup>98</sup>, é também, estímulo para a produção de conhecimento:

Neste sentido, as ações educativas realizadas nos museus devem compreender o objeto e sua manifestação cultural como um ponto de partida para o estabelecimento de conexões entre o velho e o novo, entre uma cultura e outra, possibilitando a análise crítica e o estímulo da criatividade e permitindo que o bem cultural sirva de estímulo para a produção de conhecimento<sup>99</sup>.

Assim, a Educação Patrimonial tem um importante papel na formação de sujeitos capazes de reconhecer sua História e cultura, como Patrimônio Histórico de um lugar. Portanto, a função da Educação Patrimonial é prover a formação de pessoas capazes de conhecer e refletir sua própria história cultural, indagando a memória preservada e dando voz às silenciadas:

Ou seja, a Educação Patrimonial deve possibilitar a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectadores, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões. Deve ser ainda compreendida como o estudo de objetos comunitários e como estratégias de aprendizagem/valorização do contexto sociocultural, com os educandos entendidos como sujeitos de um processo histórico em construção, o que exige a valorização das modificações e da dinâmica, elementos constitutivos do patrimônio de uma comunidade/localidade<sup>100</sup>.

Infere-se que o uso do Patrimônio, em especial o material, permite ao professor realizar um movimento de construção, desconstrução e reconstrução, sendo que neste movimento dinâmico permite ao estudante conhecer, refletir criticamente sobre e em seguida a partir das suas experiências e competências já desenvolvidas reconstruir a sua visão sobre este Patrimônio.

---

<sup>97</sup>HORTA, GRUNBERG, & MONTEIRO, Guia Básico de Educação, 1999, p. 6

<sup>98</sup>FIGUEIRA & MIRANDA, 2012

<sup>99</sup>MAGALHÃES, 2013, p. 10

<sup>100</sup>(MAGALHÃES, 2013, p. 13)

Observa-se no livro didático de História Regional de Mato Grosso uma preocupação em despertar nos estudantes um olhar crítico a respeito das “marcas do passado” que foram preservadas ou construídas com a intenção de rememorar ações, fatos ou feitos de determinada sociedade. A autora do livro esclarece aos estudantes que alguns grupos sociais são mais visíveis que outros, por isso deixaram mais “marcas” registradas:

As marcas deixadas por alguns grupos sociais são mais visíveis do que outras. Isso acontece porque esses grupos têm mais poder, são considerados “importantes” no lugar. Por isso, deixam marcas de suas realizações e seus modos de viver registrados por escrito (em jornais, livros, cartas), em grandes construções, em nomes de ruas e praças, estradas e aeroportos, escolas e parques<sup>101</sup>.

Na perspectiva de Estevão C. Rezende Martins, o sujeito desenvolve o conhecimento histórico a partir de um feixe de fatores, em que o indivíduo é agente ativo e consciente, o autor também define que o conhecimento histórico é produzido com base em três instâncias: a) o agente; b) o tempo em que a ação é efetivada; c) os espaços físicos e sociais em que a ação se insere, à vista disso, o estudante é sujeito histórico e agente de seu conhecimento<sup>102</sup>. Ao se trabalhar com o Patrimônio Cultural o professor deve considerar que o conhecimento histórico desenvolvido pelo estudante sobre Patrimônio perpassará por essas instâncias.

Destarte, a consolidação de um conhecimento histórico significativo, acontece de acordo com a possibilidade do estudante atribuir um sentido ao Bem Cultural e validar o pertencimento a cultura ali apresentada, e este processo exige habilidade de interpretação, observação e análise, que pode ser realizado por qualquer pessoa, desde que esteja motivada a construir conhecimento:

A habilidade de **interpretar** os objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja **forma, conteúdo e expressão** devemos aprender a *ler* ou *decodificar*. Para desenvolver este aprendizado, o conhecimento especializado não é essencial. Qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize suas capacidades de **observação** e **análise direta** do objeto ou fenômeno estudado<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup>(ANTUNES, 2001, p. 66)

<sup>102</sup>MARTINS, 2017, p. 16)

<sup>103</sup>HORTA, GRUNBERG, & MONTEIRO, 1999, p. 7

Certamente a Educação Patrimonial e a Cultura Regional devem estar entrelaçadas no ensino de História, pois segundo (ZARBATO, 2016), com o propósito de gerar interpretações e problematização, a memória regional e Patrimônio Cultural devem estar inseridos nos planejamentos curriculares, deste modo a mesma autora contribui a respeito da concepção de Patrimônio e Cultural Regional:

Entrelaçar as concepções de patrimônio e cultura regional como fundamento para o ensino de História contribui com as interpretações de estudantes e professores/as, para que possam conhecer, dialogar, aprender e ensinar sobre a história e a cultura da cidade e da região. Além disso, essa problematização contribuirá com o conhecimento sobre a diversidade cultural, étnica, religiosa e de trabalho articuladas à problemática do Patrimônio Cultural Material e Imaterial. E a partir dos métodos da História Oral, Etnografia e Educação Histórica fundamentam dois focos importantes: a valorização e preservação da memória regional e patrimônio cultural e a inserção na aula de história com a Educação Patrimonial<sup>104</sup>.

O ensino de História Local e Regional, tem como ferramenta os lugares de memória que precisam ser explorados pelos estudantes desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo de grande valia a indicação de atividades nos espaços culturais da cidade. Neste sentido, Jaqueline Zarbato (2016), reitera a importância das práticas de valorização e divulgação do Patrimônio, pelos profissionais da educação:

Pensar numa educação voltada para a preservação, divulgação, socialização e produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural material e imaterial coloca em discussão as ações que são realizadas nas aulas de História. Em que assumimos o compromisso com a memória de diferentes gerações, que imprimem novas abordagens curriculares, posicionamentos profissionais, aproximando o passado histórico do presente e fundamentando práticas de valorização no futuro<sup>105</sup>.

O ensino de História Regional permite ao professor, durante as ações em espaços lugares de memória, a inserção do estudante, por intermédio da Educação Patrimonial, nas memórias que foram preservadas, um movimento de confronto entre o que foi

---

<sup>104</sup>ZARBATO, 2016

<sup>105</sup>Idem



oficializado e o que permeia a cultura popular, que não ganhou espaço nos documentos oficiais e até mesmo no museu.

No ensino da história local, o estudo do patrimônio cultural insere-se nas diversas memórias, disseminadas, nos mais diferenciados sujeitos sociais, para que se possa apreender delas, as diversas versões olhares em que a experiência histórica local se fundamenta e se constitui, não devendo, cair na homogeneidade histórica concebida pela concepção “oficial” de memória e história tão cara às gerações de nossos pais, que está alicerçada na visão dominante de apenas um segmento da sociedade ou de determinados indivíduos que tomaram para si alcunha de “autênticos repositórios” da memória social<sup>106</sup>.

O desenvolvimento neste capítulo dos conceitos de Patrimônio Cultural e ensino de História pretenderam justificar a importância das ações educativas com os bens culturais no espaço urbano, já que para esta pesquisa considerou-se o poder educativo que estes locais apresentam.

O espaço urbano constitui-se a fonte histórica deste trabalho, e, portanto palco de ações educativas com objetivo de desenvolver a aprendizagem de História Local de alunos de uma escola pública da Cidade de Rondonópolis/MT. O capítulo a seguir apresenta a escola, os estudantes e discorre a respeito das ações educativas desenvolvidas para a compreensão de como os estudantes desenvolvem a consciência Histórica Local, bem como apresenta as narrativas desses estudantes em desenho e escrita a respeito dos Patrimônios Históricos e Culturais escolhidos para as atividades.

---

<sup>106</sup>ZARBATO, 2016

### **CAPÍTULO 3 - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Este capítulo apresenta relatos das experiências, resultantes de ações educativas com alunos e professores do Ensino Fundamental, de uma escola pública de Rondonópolis/MT, tais atividades foram fundamentadas pela metodologia da Educação Patrimonial, com vistas ao ensino e valorização da História Local e do Patrimônio Cultural do lugar.

As atividades propostas e realizadas foram desenvolvidas a partir de algumas necessidades evidenciadas pela práxis<sup>107</sup> docente e pesquisa in loco, da pesquisadora, tais como: o desconhecimento da Educação Patrimonial e dos bens culturais como fonte no ensino-aprendizagem, pouca importância por parte dos docentes para práticas educativas neste âmbito, exclusão do tema no Projeto Político e Pedagógico da escola, conteúdos escolares sem articulação com as vivências dos alunos e da comunidade.

Sendo assim, as ações educativas tiveram além do seu objetivo principal, que é o de investigar como os alunos constroem conhecimento acerca da História Local, tiveram também o de sensibilizar os docentes a incluírem em seus planejamentos o Patrimônio Histórico e Cultural do município em que vivem, para a promoção e valorização desses bens culturais através da Educação Patrimonial.

O principal objetivo da educação responsável deve se basear no esforço em auxiliar os estudantes na laboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com um passado mais distante. O que possibilita compreender a historicidade das representações culturais, ou seja, um ensino de História voltado para sujeitos históricos deve propiciar um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem. Para, além disso, podemos analisar como a memória – individual, familiar e coletiva - está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural”. A definição mais abrangente do termo “patrimônio” indica bens e valores materiais e imateriais, transmitidos por herança de geração à geração na trajetória de uma sociedade.<sup>108</sup>

Compreende-se que o ensino-aprendizagem de História Local com a Educação Patrimonial possibilita ao estudante perceber que o Patrimônio Cultural faz parte de sua própria história, portanto:

---

<sup>107</sup> *Práxis*: ação e reflexão de sua prática. Ver (FREIRE, 1981).

<sup>108</sup> SANTOS, 2011, p. 285

A Educação Patrimonial torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua auto estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação<sup>109</sup>.

A História que se pretende ensinar por meio das atividades é aquela, em que a história local ou regional, é parte integrante de uma totalidade, não apenas mero reflexo da História Nacional, logo, parte das vivências próximas dos estudantes, como as memórias familiares e da comunidade em que os mesmos estão inseridos, essas memórias são fontes de pesquisa, que devem ser acessadas, por meio de um trabalho investigativo, ou seja, da pesquisa.

A pesquisa empírica denominada neste trabalho de **Ação Educativa** aconteceu predominante na Escola Estadual “São José Operário”, no Município de Rondonópolis (MT), local em que lecionei entre fevereiro de 2013 a junho de 2017, quando me licenciarei do cargo para dar continuidade aos estudos do mestrado profissional em ensino de História. No período em que lecionei na escola pude inteirar-me da proposta pedagógica e de seu currículo real, num entendimento de que currículo real são as ações que se efetivam em sala de aula, para a autora Viviane Isambert-Jamati<sup>110</sup>, cada docente seleciona e apresenta os saberes de modos diversos, cada qual conforme suas próprias especificidades;

Os conteúdos prescritos pelas autoridades (o currículo formal ou oficial) são o produto, ao longo do tempo, de todo um trabalho de seleção no interior da cultura acumulada, um trabalho de reorganização, de mudança de delimitações, de enfraquecimento de hierarquias entre as disciplinas. Quanto aos conhecimentos em via de serem elaborados, os autores de programas, quando não estão simplesmente atrasados em relação a esses conhecimentos, transpõem-nos em função da ideia que eles fazem dos públicos escolares. Mas as prescrições não podem ser mais do que indicativas. Todo capítulo de programa se presta a muitas interpretações. Os docentes, por sua vez, selecionam os temas, colocam ênfase em tal ou qual aspecto, apresentam os saberes sob diversos modos. Cada sala de aula segue, assim, seu currículo real, o qual, no limite, é diferente dos outros. Ora, as análises sociológicas tornam inteligíveis (em uma certa medida) tanto as variações temporais desses

---

<sup>109</sup>SANTOS, 2011, p. 283

<sup>110</sup> Apud (Jean-Claude, 1996, p. 192)

conteúdos num mesmo tipo de ensino quanto as variações contemporâneas entre um tipo de ensino e outro (1990, pp. 9-10).

Mediante o conhecimento das práticas pedagógicas da escola, elegi-a para a pesquisa empírica, pois tinha convicção de que receberia toda colaboração necessária para o desenvolvimento das ações educativas planejadas, fato este, que se concretizou, visto que, em todas as atividades a equipe gestora não dispensou esforços para que as mesmas acontecessem.

Desde que iniciei à docência no ensino público estadual, lecionei para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental, inicialmente como unidocente, e após a reestruturação pedagógica da escola<sup>111</sup>, como professora da área de humanas. Foi neste período que me dediquei às aulas de História para os 4º e 5º anos, sendo essa situação uma das motivadoras para o ingresso no mestrado em ensino de História, já que, mesmo graduada em Pedagogia e História, deparava-me com desafios cotidianos na seleção, planejamento e execução de conteúdos de História dos currículos formais.

As Orientações Curriculares de Mato Grosso<sup>112</sup> definem o 2º Ciclo da Educação Básica como uma etapa de ensino que tem como características a pesquisa, a apropriação de conceitos científicos e as reflexões críticas que excedam as ações cotidianas:

No 2º Ciclo, a área é contextualizada observando as características do estudante pré-adolescente que já apresenta possibilidades para desenvolver noções sobre conceitos científicos. Espera-se assim que compreenda e reflita sobre situações, temas, problemas e objetos de estudo que transcendam seu cotidiano imediato, por meio da comparação entre diferentes tempos históricos e espaços geográficos materializados em paisagens, lugares, regiões e territórios.

O público alvo da pesquisa foram alunos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, delimitei essas turmas, visto que o ensino sobre Patrimônio Histórico e Cultural é inerente aos conteúdos definidos para o Ciclo,

---

<sup>111</sup> Em 2014 a escola adotou o ensino por área de conhecimento no 2º Ciclo, definindo as áreas de Matemática, Linguagens, Humanas e Ciências.

<sup>112</sup> MATO GROSSO, 2010, p.22

Assim, os estudos sobre o processo histórico, vividos por diferentes coletividades e suas interferências na natureza, manifestações culturais, costumes, formas de organização político-administrativa, modos de produção e o uso de tecnologias, tornam-se objeto de estudo, possibilitando a construção e reconstrução de conhecimentos construídos de forma processual ao longo do Ensino Fundamental<sup>113</sup>.

Delimitado o público alvo e o local em que as atividades seriam desenvolvidas apresentei à equipe gestora da escola “São José Operário” o projeto de pesquisa com as ações já determinadas, sendo elas: a) Pesquisa com instrumento semiestruturado para identificar os saberes de estudantes e professores, sobre os lugares de memória e Patrimônio Cultural de Rondonópolis/MT; b) Oficina de Educação Patrimonial com professores do 1º e 2º Ciclos; c) Visitas guiadas aos Patrimônios Culturais de Rondonópolis/MT com estudantes do 2º ciclo. Todas as ações pretendidas foram aprovadas pela equipe gestora e autorizada a execução na escola.

### **3.1 A pesquisa em sala de aula**

A pesquisa em sala de aula com os estudantes foi desenvolvida em duas etapas, e a pesquisa com os professores foi desenvolvida por meio de uma oficina denominada de “*Oficina de Educação Patrimonial: Rondonópolis, muitas culturas, muitas histórias*”. A primeira etapa da pesquisa com os estudantes foi desenvolvida entre 20 de novembro a 09 de dezembro de 2017, nesta etapa, foi aplicado um questionário semiestruturado a respeito do conhecimento dos mesmos sobre o Patrimônio Cultural de Rondonópolis/MT e também sobre as metodologias de ensino que estes consideravam mais adequadas para a aprendizagem histórica e a segunda, uma visita guiada aos Patrimônios Culturais Casario, Cais do Porto e Parque das Águas, que aconteceu entre 16 e 20 de abril de 2018 com a participação de aproximadamente 150 estudantes.

Devido ao tempo limitado da pesquisa não foi possível desenvolver mais atividades em sala de aula, logo as atividades realizadas foram delimitadas considerando o tempo e o objetivo a ser alcançado, apresentavam em sua metodologia o processo dialógico de ensinar-aprender, uma vez que a pesquisadora enquanto guia ensinava e

---

<sup>113</sup>MATO GROSSO, 2010, p.22

aprendia com as vivências dos alunos e suas observações acerca do espaço em que se encontravam. Segundo define Maria Tereza de Assunção Freitas esse processo é inerente a pesquisa qualitativa:

O pesquisador, portanto, faz parte da própria situação de pesquisa, a neutralidade é impossível, sua ação e também os efeitos que propicia constituem elementos de análise. Bakhtin contribui para complementar essas ideias afirmando que o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisador que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa.<sup>114</sup>

A primeira etapa da pesquisa teve por objetivo apreender as impressões dos alunos acerca da disciplina de História e sua relação com a História do Município, houve também a pretensão de identificar quais locais os estudantes consideravam históricos, para posteriormente realizar-se a visita guiada com eles. Para tais objetivos foi selecionado o instrumento de pesquisa semiestruturado, onde o estudante poderia deixar sua perspectiva com relação aos locais que considerava históricos, ademais o instrumento possibilitou traçar um perfil sócio histórico dos estudantes.

A oficina com os docentes surgiu principalmente da constatação de que os docentes desconheciam e/ou não faziam uso da metodologia da Educação Patrimonial em seus planejamentos, teve como metodologia também o processo dialógico, em que as vivências e conhecimentos docentes a respeito da História do Município resultassem em uma proposta educativa.

A segunda etapa com os discentes aconteceu no Casario, Cais e Parque da Águas, a princípio na proposta de pesquisa foi selecionado o Casario e a Praça dos Carreiros, mas devido à questão logística e da intencionalidade de promover com os estudantes uma reflexão acerca do Rio Vermelho, enquanto protagonista da história da Cidade, resolveu-se concentrar a visita no Casario e seu entorno Cais e Parque das Águas. Nesta etapa

---

<sup>114</sup>FREITAS, 2002, p. 25

definiu-se como forma de registro o desenho e o relato descritivo do que o estudante aprendeu sobre a História da Cidade.

A escolha do desenho como fonte de registro, observação e conhecimento, foi pautada na compreensão do desenho como forma de expressão cultural, uma vez que a criança retrata no desenho suas convicções e percepções acerca do espaço e da sociedade, pois, de acordo com Neusa M. Mendes de Gusmão, o desenho da criança é uma expressão do que ela pensa e faz, ou seja, uma narrativa cultural<sup>115</sup>, para Maria Isabel Ferraz Pereira Leite que pesquisou sobre as condições de produção cultural da Infância, o desenho infantil se apresenta “como narrativas visuais em diálogo aberto e permanente com suas outras formas de expressão”<sup>116</sup>. Diante disto, considera-se nesta pesquisa o desenho como um importante instrumento para a identificação e compreensão da aprendizagem histórica do estudante.

Os próximos itens apresentam de forma geral o perfil dos estudantes e as atividades desenvolvidas, bem como, as principais observações e os encaminhamentos dados durante a realização das atividades. Em seguida apresentam também alguns desenhos e textos produzidos pelos estudantes como registros de sua aprendizagem.

O critério de seleção dos desenhos e dos relatos foi a relevância do mesmo para a compreensão do processo de aprendizagem de História Local pelos estudantes, neste sentido as características arquitetônicas e paisagísticas representadas pelo estudante, às observações do espaço e do seu entorno se caracterizam como registros de aprendizagem.

### **3.2 - Perfis dos estudantes**

Para compor o perfil dos alunos participantes desta pesquisa utilizou-se dados do perfil sociocultural, disponível no site QEd<sup>117</sup>, proveniente do questionário socioeconômico da prova Brasil e também de dados do instrumento de pesquisa.

Os estudantes que participaram das atividades educativas são em sua maioria moradores das comunidades adjacentes à Escola “São José Operário”. Conforme informações do site QEd, a maioria dos estudantes considera-se pardo, 67%, em seguida branco com 14% e em sua minoria negros com 10%. De acordo com o instrumento de

---

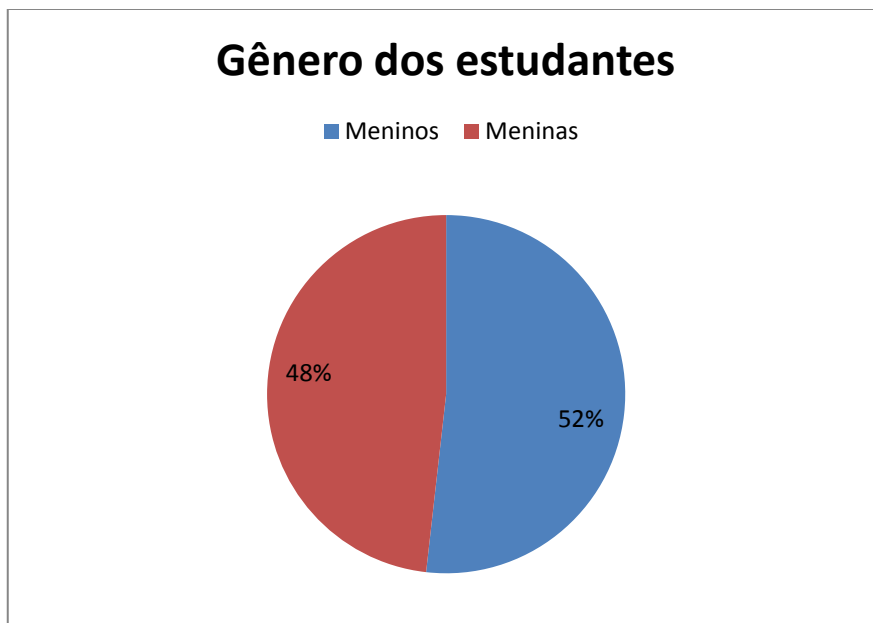
<sup>115</sup>GUSMÃO, 1999, p. 57

<sup>116</sup>LEITE, 2001, p. 38

<sup>117</sup>Disponível em: <http://www.qedu.org.br/escola/252406-ee-sao-jose-operario/pessoas/aluno5ano> Acesso em 13 de jun/2018.

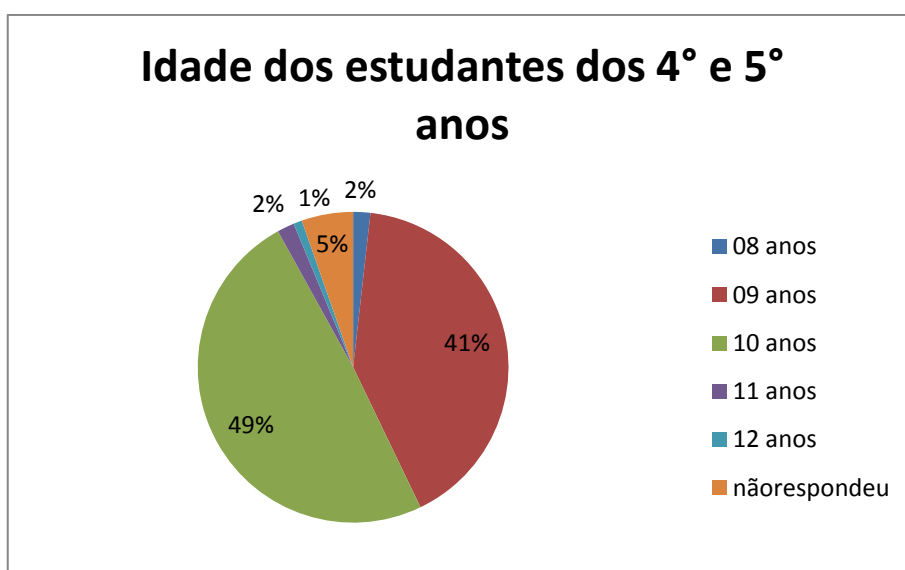
pesquisa, o número de meninos e meninas não apresenta disparidade, apontando em torno de 52% de meninos e 48% de meninas.

Gráfico 1- Gênero dos estudantes



Estes estudantes estão no 2º Ciclo do Ensino Fundamental matriculados em turmas dos 4º e 5º anos, apresentam em sua maioria a faixa etária de 09 e 10 anos, no entanto há crianças com idades que diferem dessa faixa:

Gráfico 2 – Idade dos estudantes





Pode-se inferir pelos dados econômicos do perfil do QEdU e de observações nas atividades educativas da escola, que os estudantes em sua maioria mora com os pais, possui acesso a meios de comunicação e internet, apresenta hábitos mínimos de leitura, também pode-se perceber que os pais demonstram interesse no desenvolvimento do estudante incentivando-os ao estudo, ao hábito da leitura e da frequência escolar.

Com relação ao conhecimento prévio dos estudantes sobre os Patrimônios Históricos e Culturais de Rondonópolis/MT e a História Local, observou-se que em torno de 90% dos questionários respondidos continham a resposta “*não sei*” e “*não lembro*”, os 10% restantes estavam em branco ou com definições vagas como: “*é uma coisa que está ali há muito tempo*”.

Nesta primeira etapa, identificou-se que os estudantes não conheciam o termo ‘Patrimônio Histórico’, bem como sua definição, também pôde ser detectado que os poucos que responderam o que seria um monumento, afirmaram se tratar de esculturas ou estátuas.

Esses dados nos remetem a algumas reflexões, primeiramente, qual a importância do ensino sobre o Patrimônio Histórico? Se houve o ensino sobre Patrimônio Cultural, por que os estudantes não se lembram de sua definição? E, não menos importante há de se destacar a relação das respostas sobre monumento com a teoria do Patrimônio de “*pedra e cal*” e como esta definição está forte no imaginário dos estudantes.

Solicitou-se que os estudantes citassem três locais que consideravam importantes para a História de Rondonópolis/MT, neste item também observou-se respostas em branco, em torno de 12%, respostas que afirmam não saber também em torno de 10%. Os locais que mais apareceram respectivamente foram: a) Casario, b) Praça dos Carreiros, c) Horto Florestal, d) Museu Rosa Bororo.

No instrumento foi feita a seguinte pergunta: ‘É possível aprender História de Rondonópolis no Casario?’

Foram selecionadas algumas respostas que nos fizeram refletir:

“Eu acho que sim, porque demonstra no tempo antigo”

“Não sei, não visitei ainda”

“Eu acho que sim, porque é um lugar bem antigo”

“Não sei eu não conheço o casario para lhe dizer essa resposta”

“Sim, porque lá tem a história de dom Pedro 1, que lá ele passava as noites lá”

Nas respostas positivas observa-se que os estudantes afirmam que podem aprender a História da Cidade no Casario, por se tratar de um local antigo, nenhum estudante cita qual a participação deste local na História, apenas sua temporalidade como critério para pertencer à História.

A questão da temporalidade no ensino de História é uma das reflexões propostas por Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009) em “Ensinar a História”, as autoras problematizam a questão da temporalidade no ensino de História, orientam que o ensino de História precisa estimular o aluno a reconhecer-se enquanto sujeito do seu tempo e também os sujeitos de tempos diversos<sup>118</sup>.

Pode-se depreender que, os estudantes que afirmaram ser possível aprender História a partir do Casario, tendo como critério a temporalidade do imóvel para caráter histórico, compreendem o tempo na História como um passado fixo, está lá, não pode movimentar-se, de acordo com Marília Gago, a compreensão de passado como algo intocável, que serve apenas para contemplação, não desenvolverá no estudante a mais valia para tomada de decisões no presente<sup>119</sup>, orienta ainda que:

Um dos caminhos que se pode perscrutar é o de desenvolvimento de competências de análise crítica de múltiplas perspectivas que demonstrem que a realidade estudada não é fixa nem estática. Assim, será desejável a promoção de aprendizagens numa perspectiva de crescente complexidade desde a compreensão dos nossos padrões culturais e de vida; até uma consciência em que o pluralismo da diversidade de perspectivas é clarificada pela sua raiz temporal e espacial.<sup>120</sup>

### **3.3 - Oficina Educação Patrimonial**

A oficina Educação Patrimonial realizada com professores unidocentes da Escola São José Operário, além de promover a metodologia da Educação Patrimonial como uma nova opção de método de ensino, também colaborou para que fosse possível traçar um perfil do pensamento desses professores acerca do ensino de História nos Anos Iniciais, bem como o ensino de História Local.

---

<sup>118</sup>SCHMIDT & CAINELLI, 2009, p. 106

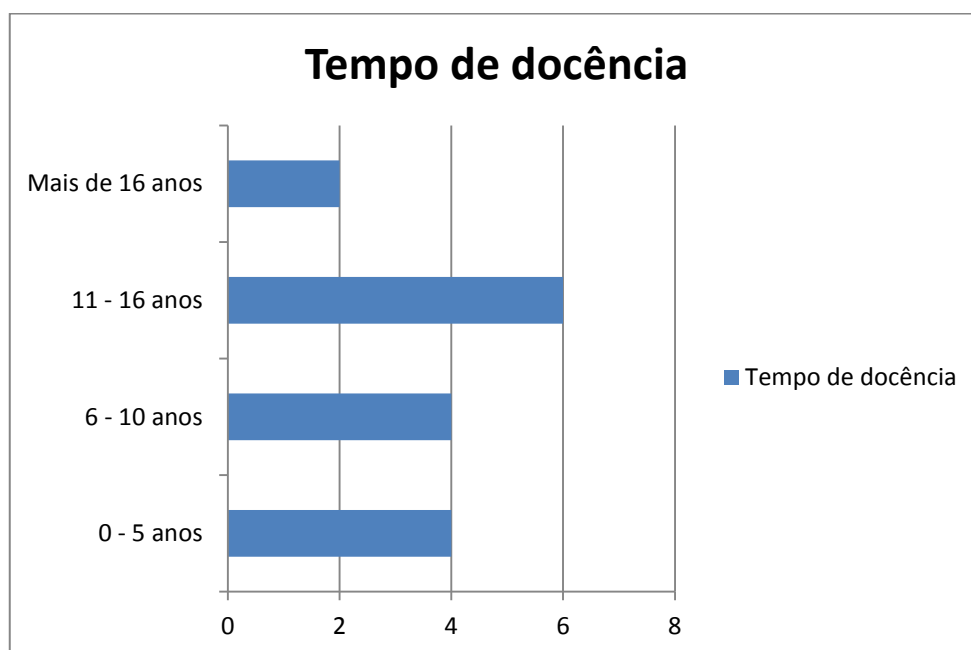
<sup>119</sup>GAGO, 2007, p. 131

<sup>120</sup>Idem, p. 134

Diante disto foi definido que a oficina aconteceria em três etapas: a primeira com aplicação do instrumento de pesquisa e exposição do objetivo da oficina, a segunda com a apresentação da metodologia da Educação Patrimonial e atividades reflexivas, e a terceira com a exposição da História da Cidade e produção de um inventário dos bens culturais do Distrito de Vila Operária, localidade em que a Escola está inserida, e por fim o planejamento de atividades a partir desses bens culturais e históricos levantados.

Participaram da oficina em torno de 16 professores, sendo nove professores efetivos e sete em contrato temporário com a Escola, cerca de pouco mais de 80% dos professores são formados em Pedagogia e o restante em Normal Superior.

Gráfico 3 – Tempo de Docência



Ao analisar o tempo de docência dos professores participantes da Oficina e por consequência desta pesquisa, identificou-se que a maioria passou da fase iniciante da carreira e são professores experientes, que compreendem já o papel multifacetado e complexo que deve desempenhar para transformar o “saber a ser ensinado em saber aprendido”<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup>BITTENCOURT, 2011, p. 50

O instrumento de pesquisa possibilitou compreender o conhecimento dos professores a respeito da Educação Patrimonial e da História Local, como também perceber a prática pedagógica desses profissionais frente aos conteúdos de História.

Assim, com o instrumento em mãos, foi possível verificar que a maioria dos professores nasceu em Rondonópolis/MT, e dos que não, apenas dois são de outro estado, sendo os demais de cidades próximas ao Município. Mesmo sendo a maior parte dos professores rondonopolitanos, ao serem indagados se conheciam a História de formação do Município, treze responderam que parcialmente, “conheço o que aprendi em livros para ensinar em sala de aula e/ou que aprendi por curiosidade”, dois alegaram não conhecer, um deixou em branco e nenhum reconheceu que domina com segurança o assunto.

A respeito do nome da Cidade, foi solicitado que o professor relatasse em poucas palavras a História do nome, todos que responderam se limitou a dizer que foi uma homenagem ao Marechal Candido Rondon, quatro professores não responderam.

Para a identificação de quais locais, personagens e/ou manifestações culturais os professores consideram como Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT, foi solicitado que indicassem cinco. O gráfico abaixo apresenta os locais ou manifestações mais repetidas pelos docentes como Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT:

Gráfico 4 – Relação do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis-MT



Assim como no instrumento diagnóstico dos estudantes, também os professores ao relacionarem o Patrimônio Histórico de Rondonópolis/MT selecionaram edifícios, praças, igrejas e escolas para Patrimônio Histórico e Cultural. Sabemos que esses locais são ricos em evidências históricas da formação da Cidade, bem como do seu centro urbano, no entanto devemos olhar com atenção para as práticas culturais intangíveis que não aparecem nessas listas, fato que nos remete a uma questão, como Rondonópolis/MT tem preservado suas manifestações culturais, seus modos de ser e fazer?

Para compreender um pouco sobre a prática docente foi questionado aos professores se sabiam explicar o que é Educação Patrimonial, dos dezesseis sujeitos da pesquisa, cinco deixaram em branco ou responderam que não, e onze professores registraram o que concebiam por Educação Patrimonial.

Considerando-se que cinco professores admitiram que desconhecem o que venha a ser Educação Patrimonial, e que muitas das respostas a essa questão foram superficiais, evasivas e até mesmo incoerente, constata-se mesmo quede forma preliminar, de que a há uma lacuna na formação cultural desses professores, logo, não podem mediar o ensino-aprendizagem daquilo que desconhecem ou não dominam.

Quando os professores foram questionados se trabalhavam com os bens culturais nos conteúdos de História Local e Regional, o índice de abstenção, respostas negativas e evasivas como “sim, população e partes históricas”, “na verdade é um dos objetivos para este ano”, ultrapassaram 70%, considerou-se então, que a metodologia didática é pessoal e cada profissional ao longo do tempo vai desenvolvendo a sua, inserindo aquilo que domina, compreende e convém para o ensino dos conteúdos exigidos pelos programas oficiais, no entanto, a pesquisa demonstra até então que o trabalho didático com bens culturais “contribui muito para a significação do ensino, para a valorização do Patrimônio Cultural e sua preservação”<sup>122</sup>.

Esse questionário tornou-se de grande importância neste trabalho, à medida que evidencia o currículo real dos conteúdos que possui o Patrimônio Cultural e a História Local e Regional como base, nota-se aqui a necessidade de formações continuadas a respeito do tema, bem como oficinas sobre a História Local e Regional, tais ações podem propiciar aos professores conhecimento e metodologias que os mobilizem a levarem para

---

<sup>122</sup>GAZZÓLA & TREVISOL, 2009, p. 424

a sala de aula as manifestações culturais e o Patrimônio Histórico, para que os estudantes e a comunidade reconheça-os e se aproprie deles como bem comum de todos.

A segunda e terceira etapas da oficina foram desenvolvidas nos encontros de formação dos professores, com a disponibilidade de três horas para cada etapa que foram concluídas em dois encontros.

Para a apresentação da metodologia da Educação Patrimonial os professores foram estimulados a olharem para algumas fotografias e identificarem nelas marcas da História da Cidade de Rondonópolis/MT, essa dinâmica faz parte de uma das etapas da metodologia da Educação patrimonial, a qual consiste em levar o sujeito a desenvolver sua percepção visual e simbólica, o objetivo era conduzir os professores a identificação do que é Patrimônio nosso e do que não faz parte da nossa cultura.

Figura 09 – Slide da Oficina de Educação Patrimonial



A exposição teórica do que é a Educação Patrimonial foi iniciada a partir do questionamento de como identificar, apropriar e preservar aquilo que é de nossa cultura, para tanto foi utilizado o termo “alfabetização cultural” para denominar o processo de conhecimento sociocultural.

Após apresentar o quadro das etapas da metodologia da Educação Patrimonial desenvolvido por Maria de Lourdes Parreira Horta, os professores foram incentivados a formarem trios para colocarem em prática esse roteiro: a) **Observar:** identificando o objeto, sua função e temporalidade; b) **Registrar:** as percepções da observação; c) **Explorar:** interpretar qual a importância do objeto para a cidade, sua função social e cultural, d) **Apropriação:** defesa desse objeto com bem cultural e histórico. O objeto a ser explorado foram fotografias de lugares de Rondonópolis/MT nas décadas de 1940 e 1950, procurou-se não identificar na primeira etapa para que de fato os professores fizessem esse exercício de percepção visual e identificação.

Na segunda etapa da oficina, a qual se deu em outro encontro de formação, iniciou-se com o vídeo Documentário “Memória Viva”<sup>123</sup> da Fundação Jaime Campos sobre a História de Rondonópolis/MT, em seguida houve uma reflexão acerca da memória que prevalece quando ouvimos a História da Cidade, os personagens silenciados, e os lugares esquecidos.

Logo em seguida iniciou-se o exercício de construção do inventário dos bens culturais do Distrito de Vila Operária, definiu-se que o inventário teria duas partes a dos bens culturais materiais e das manifestações culturais, denominada de bens imateriais.

O quadro abaixo apresenta os bens culturais materiais e imateriais do Distrito de Vila Operária, produzidos pelos professores dos Anos Iniciais da Escola “São José Operário”:

Quadro 1 – Relação dos Bens Culturais do Distrito de Vila Operária

Bens materiais	Bens imateriais
Igreja São José Operário	Folia de reis
Igreja Assembleia de Deus	Procissões da semana santa
Feira da Vila Operária	Tapete de Corpus <i>Christi</i>
Praça Bom Jesus	Festa do Padroeiro São José Operário
Espaço Cultural João XXIII	Pastel da feira
Salão Paroquial	Balanço Cultural
Avenida Ponce de Arruda	Padre Lothar
Biblioteca Municipal	
Escola São José Operário	

<sup>123</sup>Campos, 1992

Escola Daniel Martins Moura	
Obra Kolppinng	
Louis Braille	
Creches Cáritas	

A discussão para a escolha dos locais foi bem proveitosa, pois, neste momento surgiu a oportunidade de discutir as produções culturais, que marcaram a História dessa comunidade, os movimentos de ir e vir dos operários, que caracterizaram o Distrito, os projetos e espaços culturais, que não foram preservados e que hoje não existem mais, todas essas questões permearam as escolhas.

A etapa de apropriação foi realizada com a sugestão de que os professores produzissem uma aula utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, escolhendo um bem cultural, dentre os que foram levantados e registrados.

Na sequência foi selecionado um plano para observação e reflexão, sem a pretensão de que o mesmo fosse analisado com profundidade, mas apenas para salientar aspectos que direcionassem a uma compreensão da importância do planejamento, para a aprendizagem histórica dos alunos.

O plano selecionado foi produzido para alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental, possui característica interdisciplinar, integrando as disciplinas de Artes, Geografia, Matemática, História, Língua Portuguesa e Ciências, apresenta como objetivos: levar os estudantes a aprender sobre Educação Patrimonial, conhecer o Patrimônio Cultural, valorizar e preservar o bem cultural e identificar-se com o Patrimônio Cultural.

A metodologia descrita no plano não faz referência direta as etapas da Educação Patrimonial, no entanto, na análise das atividades propostas observou-se que as etapas de observação, registro, exploração e apropriação estão indiretamente direcionando a proposta didática.

Os professores escolheram a Feira da Vila Operária como Patrimônio Histórico e Cultural para o desenvolvimento da ação educativa, para tanto propuseram que através de pesquisas em sites da internet, revistas e jornais locais, entrevistas com os primeiros moradores do Distrito os estudantes fizessem um memorial da Feira, seguindo as seguintes questões norteadoras da pesquisa: qual a História da Feira da Vila Operária? Havia alguma construção ou prática que não se tem mais? Possui fotos antigas da Feira?

Além da pesquisa, para resgate da memória da Feira propuseram também uma visita ao local, para a observação dos alimentos e produtos produzidos pela agricultura



familiar, a comparação dos produtos naturais com os produtos industrializados, a gastronomia da feira, quais as comidas típicas da feira e seu preparo. Após essas atividades foi proposto uma produção de texto coletivo sobre a Feira da Vila Operária, bem como uma exposição de fotos antigas e atuais da Feira.

O plano de aula selecionado apresenta em sua estrutura indicações de que foi produzido tendo a metodologia de Educação Patrimonial como referência, as atividades propostas levam em consideração as manifestações culturais que cercam os alunos e a comunidade em que estes estão inseridos, mobilizam pais e familiares para a construção de uma narrativa histórica de que são sujeitos, proporciona a afetividade com os conteúdos e integra o estudante e sua família à História Local.

A escolha dos conteúdos, da metodologia e das formas de avaliação indicam que História se quer ensinar e que tipo de aprendizagem se pretende desenvolver. Nos espaços escolares muitas vezes ouvimos relatos contrários ao ensino em que o estudante é protagonista e aprende através de projeto, pesquisas e construções coletivas, considerando essa prática como “ilusória” ou sem conteúdo.

Para reflexão segue a discussão promovida por Margarida Maria Dias de Oliveira:

Este sentido de ensinar história não significaria não ter conteúdos para serem ensinados, mas olhar para estes conteúdos a partir da possibilidade de construir com os alunos novas questões diante da possibilidade de conteúdos/temas postos pelos livros didáticos e pela historiografia. Aprender História seria: discutir evidências, levantar hipóteses, dialogar com sujeitos, os tempos e os espaços históricos. Olhar para o outro em tempos e espaços diversos<sup>124</sup>.

### **3.4. O ensino-aprendizagem fora da sala de aula**

Como professora de História reconheço que nos meus planos de ensino não haviam atividades que ultrapassassem os muros da escola, bem como não explorava os bens sociais e culturais da cidade, para o desenvolvimento da consciência histórica e da identidade dos estudantes.

Essa prática, ou não prática, impossibilitava-me de ensinar o estudante a ver o mundo, no sentido de observar o espaço social em que está inserido, impedia também de despertar nesses estudantes o senso crítico, a capacidade de olhar para um prédio e

---

<sup>124</sup>OLIVEIRA, 2010, p. 27

compreender que além das paredes havia interações sociais, políticas e culturais que o ergueram.

Neste sentido, a ação educativa para além das paredes da escola fora pensada para acontecer no em um local determinado pelos sujeitos da pesquisa (estudantes e professores) como Patrimônio Histórico e Cultural, repleto de significados e local onde os estudantes podem compreender, refletir e ressignificar a História Local a partir de suas próprias vivências.

Desta forma, pode se observar que tanto estudantes, como professores ao serem motivados a relacionar locais, pessoas ou manifestações culturais como Patrimônio Histórico apresentaram em suas indicações locais comum, como: Casario, Museu Rosa Bororo, Praça dos Carreiros e Cais.

Por questão de tempo para a realização da atividade determinou-se apenas um local, que pudesse direcionar para a reflexão acerca da ocupação humana do espaço e formação urbana da Cidade. Neste sentido, atentou-se para o fato de que o Casario apresentava múltiplas condições para o objetivo proposto, por se localizar às margens do Rio Vermelho, agregou-se, portanto, estudo os seguintes espaços: Cais do Porto, Casario e Parque das Águas.

Figura 10 – Vista aérea do Parque das Águas, Cais do Porto, Rio Vermelho e Casario



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>

A ação educativa teve por objetivos, levar os estudantes a compreenderem a ocupação humana e formação da Cidade de Rondonópolis/MT, reconhecer o Casario como Patrimônio Histórico e Cultural do Município, desenvolver a capacidade de

observação e reflexão crítica frente monumentos e narrativas históricas, por metodologia adotamos a Educação Patrimonial, seguindo as etapas de observação, registro, exploração e apropriação do bem cultural.

A atividade foi realizada com sete turmas dos 4º e 5º anos, as turmas foram divididas em quatro dias, cada dia em torno de 40 alunos participavam da ação educativa, o tempo em média de desenvolvimento das atividades foi de duas horas, sem incluir o tempo de traslado dos estudantes e o lanche.

O roteiro de atividade foi definido da seguinte forma: 1) Observação livre do Cais, Rio Vermelho, Parque das Águas e Casario; 2) Roda de conversa sobre as impressões dos alunos a respeito dos espaços visitados; 3) Apresentação oral da História do Casario e da formação da cidade pela pesquisadora e técnicos da Secretária de Cultura; 4) Registro do que os alunos aprenderam em forma de desenho e escrita.

Figura 11 – Visita Guiada ao Cais



### 3.5 Narrativa e registros das atividades

As atividades tiveram início no dia 16 de abril, decidiu-se então levar sempre uma turma de 4º ano e uma turma de 5º, ficando para o último dia uma turma de 5º ano e os alunos que haviam esquecido a autorização de saída no dia da sua turma.

Como no instrumento anterior havia identificado que muitos estudantes não conheciam o Casario (instrumento foi aplicado em 2017),diante disto resolveu-se aplicar antes de cada visita um pequeno questionário, para saber a quantidade de alunos que nunca tinham visitado o Casario e qual a expectativa deles a respeito da visita a este espaço.

Dos estudantes que participaram das atividades 112 responderam às perguntas antes de participarem da ação educativa. Deste total, 54 eram meninas e 58 meninos, na faixa etária entre 08 e 10 anos. Ao serem indagados se já tinham visitado o Casario, 57 responderam que não, 44 afirmaram já terem visitado o espaço e 5 deixaram a resposta em branco.

Das atividades desenvolvidas no Cais do Porto de Rondonópolis/MT, Parque das Águas e Casario:

1) **Observação livre dos espaços** – na primeira visita optou-se pela divisão da turma em dois grupos, pois havia um total de aproximadamente 40 crianças, e para que os estudantes se dedicassem à observação com atenção e empreendessem uma reflexão sobre o espaço foi necessário esse cuidado. Sendo assim, em todas as visitas um grupo observava o Parque das Águas e outro o Cais do Porto, sendo o Cais do Porto, o local onde foram mediadas as reflexões acerca dos primeiros habitantes e formação urbana da Cidade.

E assim, logo que se avistava as proximidades do Cais, os estudantes eram indagados sobre o que significava “Cais do Porto”, muitos se mantinham em silêncio, outros arriscavam dizer que se tratava de rio, praia, embarcação, dentre outras definições. Destarte, em poucas situações de provocação sobre o significado do local, a resposta se aproximou da definição original. Essa provocação era o gancho para as demais reflexões que foram fomentadas, nos estudantes, acerca do local.

Figura 12 – Observação livre do Cais do Porto de Rondonópolis



Fonte: Arquivo pessoal – 16 de abril/2018

De acordo com a orientação do Guia de Educação Patrimonial<sup>125</sup>, foram promovidas as seguintes reflexões: “o que vocês observam neste local?”, “Como vocês imaginam que era este local antigamente?”; “O que há aqui hoje que estava também no passado?”; “Quem vocês acreditam que foram os primeiros moradores desta região?”; “Qual importância vocês dão a este local para a História da nossa Cidade?”; “Que mudanças vocês observam neste local hoje?”.

Praticamente em todas as visitas, ao serem indagados sobre o que era possível ser observado, no local, as respostas dos alunos giravam em torno de: “muito lixo”, “sujeira”, “moradores de rua”, diante dos fatos ali presentes era impossível discordar deles e à medida que a visita prosseguia eram feitas mediações, no sentido de observarem para além das aparências, para olharem para a natureza, as construções, as marcas nas calçadas e paredes, eram guiados e orientados, para a observação do todo.

Este parágrafo tem por finalidade apresentar a seguinte constatação, ao apontarem o lixo e o sujeito no Cais, os alunos evidenciaram uma triste realidade rondonopolitana, a do abandono dos espaços de cultura e lazer pelo poder público, pois, em todas as visitas observou-se o abandono de um local, que foi um dos mais importantes para a História de Rondonópolis/MT, esse descaso propiciou o aumento de andarilhos, usuários de entorpecentes e moradores sem teto no local, muitos deles estão depredando o

<sup>125</sup>HORTA, GRUNBERG, & MONTEIRO, 1999

patrimônio, destruindo construções históricas, descaracterizando marcas da História da Cidade, tudo isto pela negligência do poder público.

Superando as impressões negativas relativas ao local, os estudantes conseguiram realizar uma reflexão acerca do papel do Cais, do Rio Vermelho, na História da Cidade, muitos ficaram admirados ao saberem que as pessoas atravessavam o Rio para seguirem viagem através da balsa, os estudantes descreviam o passado do local com um rio limpo, sem poluição, muitos animais, árvores e barcos, declaravam os índios como os primeiros habitantes e também questionavam como devia ser difícil morar ali sem energia elétrica e carros.

Em suas observações os estudantes destacaram que hoje há construções e ponte, têm escadas para se aproximar do Rio, não há mais barcos e balsa, não se encontram mais índios nas margens do Rio, as pessoas não usam o Rio para lavarem roupas ou pegarem água para beber, assim reconhecendo como era difícil o cotidiano dos primeiros moradores ou daqueles que não dispunham da infraestrutura que se tem hoje.

Mediante a essas discussões tem-se a compreensão dos limites da perspectiva de ensino de História a partir da temporalidade, e do perigo de se levar os alunos ao anacronismo, entretanto, entende-se que o trabalho na perspectiva passado-presente pode levar o estudante a dar sentido ao mundo em que vive, direcionar a compreensão de uma História que evolui através de questões levantadas, e não uma História definitiva, instigá-lo a compreender outras sociedades e culturas e sensibilizá-lo para as diferenças, pois:

[...] Em uma perspectiva mais geral, trata-se de desenvolver a compreensão da alteridade, isto é, da empatia, do interesse e, ao mesmo tempo de desenvolver o respeito por outros povos e outras civilizações, pois o interesse pelo outro é também uma forma de conhecer a si próprio<sup>126</sup>.

O Parque das Águas proporcionou aos estudantes uma interação muito significativa com a natureza, no decorrer do percurso de observação os estudantes puderam visualizar diferentes árvores, à margem do Rio e suas características e uma das experiências mais marcantes para eles foi a aproximação de animais da fauna ribeirinha, em uma das visitas, uma capivara, em outra, um macaco, e nas demais seriemas, iguanas e demais animais.

---

<sup>126</sup>SCHMIDT & CAINELLI, 2009, p. 99



Figura 13 – Observação livre do Parque das Águas



A proximidade com que os animais chegaram dos alunos os deixaram eufóricos e admirados. As situações de aproximação dos animais não estavam no planejamento das visitas guiadas, antes das visitas com os alunos, a pesquisadora esteve várias vezes no local, para fazer o reconhecimento do espaço e verificar sua potencialidade, para a aula campo, no entanto, em nenhum momento foi observada a presença de animais como capivara e macaco, esse episódio inusitado colaborou ainda mais para com a defesa do espaço como mediador de ensino-aprendizagem.

A visita ao Casario aconteceu sem a divisão em grupos, pois, resolveu-se apresentar o espaço e sua História a todos os alunos ao mesmo tempo, pois nessa etapa a História do Casario foi apresentada aos estudantes pelo Coordenador de Cultura da Secretária de Cultura do Município, José Roberto de Souza e a Dona Luci, artesã e uma das primeiras pessoas a ocupar as casinhas do Casario. para a comercialização de seus artesanatos.

A primeira a contar a História do Casario foi a dona Luci, que falou sobre os antigos proprietários, as construções, o material utilizado para construir as casas, os modos de confeccionar as telhas, o período de decadência do local e sua atual função para a Cidade.

O Coordenador de Cultura José Roberto, falou sobre os aspectos políticos do Casario, a função dele como centro de cultura, a função da Secretária de Cultura e os projetos de incentivo à cultura, que a prefeitura coordena.

Ao abrir para perguntas os estudantes questionavam a estrutura das casas, porque tão baixas? A estátua do Marechal Rondon, o porquê dela não ter mão? O porquê de um espaço no meio do pátio ser cimentado e não de pedras como nos demais?

Figura 14 – Exposição da História do Casario



Ao final das apresentações foi feito um fechamento chamando à atenção dos alunos para o fato de que o Casario representa o início do espaço urbano de Rondonópolis/MT, foi explicado a eles a importância do Rio Vermelho para essa constituição, a Avenida Marechal Rondon como delimitadora do centro da Cidade e como esse espaço hoje faz parte da História de Rondonópolis/MT e sua importância para os moradores da Cidade, enfatizou-se também a respeito dos deveres de todos, enquanto rondonopolitanos de cuidar, preservar e valorizar os espaços que eles estavam conhecendo. Foi feito também uma reflexão a respeito da observação deles sobre o lixo e a sujeira no Cais e de como todos, são responsáveis por essa situação, pois até então, não tem sido dada a total valorização que o espaço merece.

O ensino de História a partir de uma narrativa do estudante, é uma das possibilidades metodológicas para o ensino da disciplina nos Anos Iniciais, essa



metodologia contribui para com o desenvolvimento do pensar historicamente do estudante, pois, ao narrar um acontecimento histórico estamos nos posicionando sobre um evento, ou seja participamos desse evento através da nossa percepção sobre ele, partimos da nossa realidade presente, para uma realidade passada, diante disto, evidencia-se aos estudantes que a História é plural, em permanente processo de mudança e permanência.

Ensinar história nas séries iniciais na perspectiva de proporcionar aos alunos se entenderem no tempo em que vivem a partir do entendimento de sujeitos de outros tempos e lugares pressupõe a possibilidade da compreensão desta história através da narrativa. A perspectiva que trabalhamos a narrativa é ancorada nas ideias de Husbams. Este autor entende a narrativa escolar como uma das formas pelas quais alunos e professores dão sentido ao passado histórico, quando pensam sobre versões do passado. Para ele, por meio das narrativas torna-se possível em aulas de história, tratar de ideias mais abstratas sobre as suposições e crenças das sociedades do passado, sobre as formas como trabalharam ou fracassaram, e como as pessoas representavam suas relações com outros [...] <sup>127</sup>.

**2) Registro das narrativas dos alunos:** Partiu-se do pressuposto de que a compreensão do estudante sobre o passado pode ser considerada a partir de sua narrativa, ou seja, o conhecimento histórico é consolidado quando o estudante é capaz de realizar uma narrativa, não como mera descrição, mas como uma explicação.

A questão lançada para a narrativa do aluno foi: “Qual imagem define a História de Rondonópolis para você?” Represente-a em desenho.

A escolha do desenho como método de representação foi o resultado de uma questão levantada durante a pesquisa, uma vez que sabemos que mesmo nos 4º e 5º anos há crianças em processo de alfabetização, ou nem mesmo alfabetizadas, e como dar voz a essas crianças, se a premissa é de que todos os estudantes deveriam ter a oportunidade de representar seu pensamento? Observa-se que desde muito pequeno antes mesmo de iniciar o processo de escolarização a criança desenha, representa seu pensamento através de garatujas, logo o desenho pode nos levar a conhecer o pensamento do estudante que ainda não desenvolveu a escrita.

Assim como uma criança só aprende a expressar-se oralmente se conviver com falantes, a criança desenha porque vive em uma cultura que tem na atividade gráfica uma de suas formas de expressão. O

---

<sup>127</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 29

desenvolvimento do grafismo é marcado pelas interações sociais, o que equivale a afirmar a sua constituição social<sup>128</sup>.

Porém o desenho não foi definido como única forma de expressão e representação, os estudantes ficaram livres para escreverem suas impressões sobre a ação educativa.

Os desenhos dos alunos propiciou um olhar para o Parque das Águas, Cais e Casario a partir da perspectiva do estudante, as ilustrações são evidências de suas aprendizagens e demonstram o valor atribuído ao lugar.

Vejam como os estudantes ilustraram o Parque das Águas:

Figura 15: Desenho – A1



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

---

<sup>128</sup>SILVA, 1998, p. 216

**Figura 16: Desenho – A2**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

O Parque das Águas é um parque destinado ao lazer e a prática de esporte, o local possui quadras de areia para vôlei, pista de skate, pista de caminhada e área para jogos de basquete, no fim de tarde e finais de semana costuma receber muitos visitantes para a prática de esportes ou só mesmo para a visitação e lazer no local.

Foram escolhidos os dois desenhos acima, por trazerem em si a perspectiva dos alunos com relação a esse espaço, no desenho A1, observa-se que o estudante fez uma planta do local, destaca-se a ilustração da beira do Rio, que margeia o parque, no desenho observa-se esse registro na margem esquerda e inferior, também há a delimitação do espaço perante o Cais, o estudante desenha em miniatura a Cruz, no canto superior esquerdo, essa Cruz é o limite do Parque em relação ao Cais, há também na ilustração o registro das quadras de esporte, o bosque e a Avenida Dom Wunibaldo, na margem superior do desenho.

O desenho A2, no entanto, é uma interpretação do estudante a respeito da função social do espaço, pode-se observar que o local não possui parque infantil com brinquedos, entretanto, o estudante desenhcou esses brinquedos para demonstrar que o espaço que ele está representando tem essa função de lazer, é como se ele dissesse através do desenho, “eu posso brincar l ”.

Reitera-se portanto, que as representações dos estudantes são criações livres, que expressam os seus pensamentos e juízo de valores a respeito de algo que lhes é requerido, estando livres para registrarem aquilo que para eles têm importância. Estes estudantes demonstraram que o Parque das Águas é um local que faz parte do Patrimônio Cultural da Cidade, atribuindo a esse espaço valor, o que não pode ser observado no Site da Prefeitura a respeito do parque, uma vez que nas seções de Patrimônio Cultural e turismo não há nenhuma indicação do local.

Grande parte dos desenhos entregues traz o Cais com o Rio Vermelho, o Casario e ou o Parque das Águas como desenho central, contudo alguns trouxeram esses espaços interligados, sendo mais recorrente o Cais e o Casario, esse dado nos revela que estes estudantes estabelecem a relação do Cais com o Casario, assim como no contexto histórico:

**Figura 17: Desenho - B1**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário



**Figura 18: Desenho – B2**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

**Figura 19: Desenho – B3**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

No desenho B1 o aluno ilustra o Rio Vermelho, o monumento da Cruz, o Casario e a Ponte da Avenida Marechal Rondon, assim pode se observar, que há a intenção do aluno em integrar esses espaços, atribuindo a eles importância e relação.

A ilustração B2 apresenta o Rio Vermelho na margem inferior, o monumento da Cruz, a Avenida Dom Wunibaldo e ao fundo o Casario, novamente tem-se um desenho com a interpretação do estudante sobre o espaço, ao ilustrar o Casario colorido, casa com andares, percebe-se a impressão do estudante sobre o local, o que levou a desenhar esse local desta forma, tem-se apenas suposições, talvez por inferir ao local esse aspecto residencial ou outra característica até então desconhecida, todavia a atribuição do estudante não diminui a importância por ele atribuída ao espaço, o que importa à pesquisa.

Já o desenho B3 apresenta o Casario, Cais e Parque das Águas como espaços vizinhos, o aluno trouxe em sua ilustração detalhes interessantes e importantes de sua arquitetura, tal como as telhas que são únicas, por terem sido confeccionadas nas coxas.

Um dado interessante foi o de que muitos estudantes desenharam o Rio Vermelho e o coloriram de vermelho, nas visitas ao se aproximarem do Rio, havia sempre o questionamento do porquê das águas estarem sujas, então era explicado que essa era uma característica do Rio por ser barrento, suas águas sempre estão avermelhadas, portanto chamado de Rio Vermelho.

**Figura 20: Desenho – C1**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

**Figura 21: Desenho – C2**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

**Figura 22: Desenho – C3**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

Ao planejar sobre o que ensinar sobre a História Local de Rondonópolis/MT, esta pesquisadora sempre teve a compreensão de que se deveria atribuir ao Rio Vermelho



valor histórico e cultural, já que o rio alimentou os bororos e também propiciou as primeiras ocupações no espaço urbano, além de trazer a esperança e a alegria com as lanchas, que se locomoviam e chegavam em Rondonópolis/MT por suas águas, logo ao receber os desenhos dos alunos foi possível verificar que muitos traziam em suas ilustrações o Rio, diante disto alimentou-se a certeza de que sair das quatro paredes é uma prática que desenvolve o conhecimento histórico e cultural dos estudantes, pois, foi observado nas visitas que muitos nem sabiam o nome do Rio ou nunca tinham se aproximado das margens do Rio Vermelho. Essa constatação possibilitou a seguinte indagação: quantas histórias cotidianas em que o Rio Vermelho foi cenário estão perdidas nas memórias de quem cresceu tendo o Rio como quintal? E que muitos não conhecerão já que, a valorização e a preservação do Rio não estão nos conteúdos escolares.

O Casario com suas casas geminadas ganhou diversas interpretações nos desenhos dos alunos, sabe-se que esse processo de representação é resultado do saber prévio do aluno sobre o assunto, de sua criatividade e soma-se ainda à escolha do aluno sobre o que é importante registrar, entende-se esse processo como desenvolvimento de sua aprendizagem.

Algumas ilustrações sobre o Casario:

Figura 22: Desenho - D1



Fonte: Arquivo da escola São José Operário



O desenho selecionado e exposto acima apresenta uma representação do Patrimônio Cultural Casario com a calçada de pedra e grama, as casas geminadas e as portas enumeradas.

Figura 23: Desenho - D2



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

Este desenho é muito interessante, pois ao contrário da maioria das ilustrações, que abrangem todo o local, essa criança resolveu fazer um recorte da paisagem e mostrar as casinhas do Casario de perto, sendo fiel aos detalhes da calçada, portas, telhados e ornamentação do lugar.

**Figura 24: Desenho – D3**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

**Figura 25: Desenho – D4**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

Os desenhos D3 e D4 apresentam em comum a representação das casas em seu conjunto, os alunos tiveram como objetivo representar o Casario enquanto um conjunto de casas, o desenho D4, no entanto, apresenta também a interpretação do estudante sobre o espaço.

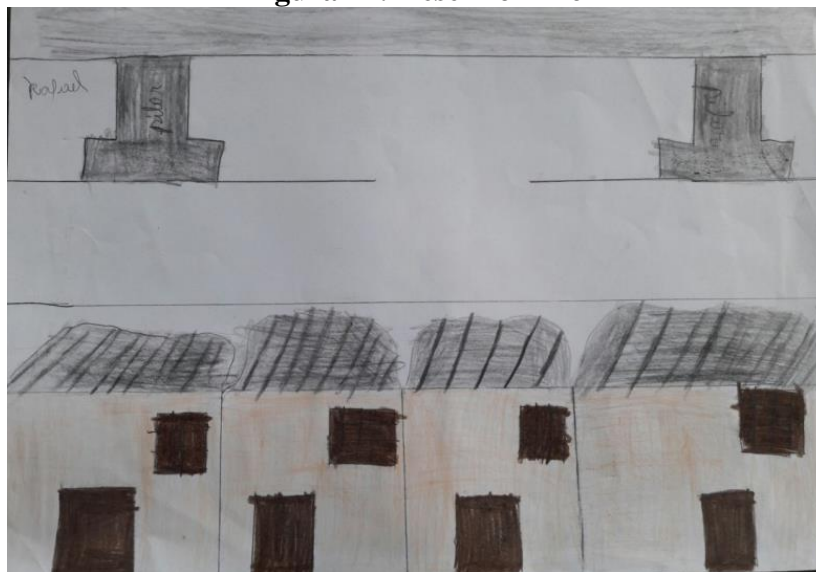
**Figura 26: Desenho – D5**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

Considera-se que o desenho D5 traz em seus traços e cores uma representação bem interessante a respeito da importância do Casario e Cais, para a formação urbana da Cidade de Rondonópolis/MT, pois, esse desenho traz a representação do Rio com uma canoa, infere-se nesse desenho a relação do homem com a natureza nesse processo, ao se observar mais atentamente o Rio é o quintal da casa, e por muito tempo o Rio Vermelho foi o quintal mesmo do Casario, as pessoas chegavam através da balsa e descansavam no Casario, faziam suas refeições e algumas pernoitavam ali para retomarem a viagem ou se instalarem na Cidade.

**Figura 27: Desenho – D6**



Fonte: Arquivo da escola São José Operário

O desenho acima aponta uma problemática levantada há muito tempo por historiadores e defensores do Casario enquanto Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT, a construção da Ponte da Avenida Marechal Rondon, a construção praticamente está em cima das casinhas, trazendo alguns problemas estruturais ao local, pois ainda há tráfego de veículos pesados sobre ela. O estudante conseguiu representar essa questão ao desenhar o Casario na margem inferior e a Ponte na parte superior, trazendo a impressão de uma sobreposição de um espaço sobre o outro.

Como já foi discorrido neste capítulo, o desenho não foi a única metodologia utilizada para registrar a aprendizagem dos estudantes sobre a História da formação urbana de Rondonópolis/MT, com foco nos Patrimônios Culturais da Cidade, foi oportunizado também o registro escrito das impressões e aprendizagens dos alunos após a ação educativa no Parque das Águas, Cais e Casario.

Faz-se necessário abrir aqui uma breve discussão acerca da escrita no processo de aprendizagem histórica, de acordo com Renilson Rosa Ribeiro (2018), a escrita está intrinsecamente ligada ao ensinar e aprender História, o autor afirma também, que o Professor de História tem compromisso com a alfabetização dos estudantes<sup>129</sup>, destarte o ato de escrever deve estar presente nos planejamentos, assim como o cuidado com o quê e como o estudante escreve.

---

<sup>129</sup>RIBEIRO, 2018, p. 71

Esse apontamento se faz necessário, já que em alguns dos registros recebido dos alunos era visível, que os mesmos ainda se encontravam no processo de aquisição da escrita, com erros de grafia, coerência e coesão, no entanto, esses desafios apresentados nos textos não impediram de compreender a mensagem que o estudante desejava transmitir.

Para a análise, a transcrição foi feita mantendo a mesma estrutura desenvolvida pelo aluno, houve apenas algumas intervenções no sentido de corrigir os erros de grafia para melhor compreensão das palavras, deste modo, tem-se a escrita assim como o estudante imaginou registrar.

O objetivo desta atividade foi o de conhecer o que os estudantes aprenderam na ação educativa do Patrimônio Cultural e como ele interpretou o espaço e sua função histórica e cultural, sendo assim, foram selecionados primeiramente os textos que traziam o verbo aprender. Esse critério foi definido para a identificação dos registros que traziam uma referência à aprendizagem desenvolvida na visita guiada.

Sendo detectados os seguintes trechos com o verbo aprender:

**E1:** Eu aprendi que o Casario foi uma das primeiras construção da cidade.

**E2:** [...] todos se divertiu muito e todos aprenderam a diferença entre Casario e Cais.

**E3:** O dia que aprendi sobre o Patrimônio Histórico Cultural de Rondonópolis.

**E4:** Eu achei muito legal, aprender sobre o Rio Vermelho, que pessoas atravessavam o rio para ir ao seu lugar que queria. Aprendi também sobre o Casario que ele tem uma história muito bonita.

Ao se fazer análise das escritas dos alunos tendo o verbo aprender como critério de seleção compreende-se a sinalização de alguns indícios de aprendizagem, pois no momento em que a criança afirma que aprendeu ela está sendo protagonista do processo de ensino-aprendizagem. A ação educativa que ela participou tinha um objetivo, o de ensinar História Local e nas afirmações dessas crianças pode-se afirmar que o objetivo foi alcançado.

As falas das crianças remetem a fragmentos da História Local, que não estão consolidados, pois o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos históricos devem ser contínuo, a aula em um Patrimônio Histórico e Cultural é apenas uma das fontes que o



professor tem disponível, para o desenvolvimento do conteúdo, nesse entendimento, torna-se importante salientar que os conteúdos precisam ser sistematizados também em sala de aula, para que esse processo continue desenvolvendo nos estudantes o conhecimento histórico.

Mesmo quando a criança não se utilizou do verbo aprender para expressar sua aprendizagem, em suas escritas há indícios que nos levam a perceber a apreensão de determinados aspectos da história da Cidade em seu texto, vejamos:

**E5:** Na minha opinião gostei quando vimos um filhote de flamingo, quando chegamos perto do Rio Vermelho achei massa, uns viram camaleão, outros viram capivara, mas eu fui o único a ver um índio.

**E6:** O Cais é um lugar para lembrar o tempo do indígena, e o rio é chamado de Porto, por que as pessoas chegavam de lancha e barco e que os Casario era feito de tijolinho, que para um ficar grudado no outro precisava de área, barro e esterco, um local muito bom para lazer.

**E7:** Rondonópolis, grande cheia de casas, cheia de cidadãos, etc. Rondonópolis nasceu sobre as beiras do Rio Vermelho, no dia em que lá visitei, encontramos alguns animais, conseguimos ver e tocar na primeira casa de Rondonópolis. A casa tinha janelas largas de madeira e uma porta estreita, etc. A casa toda era construída de madeira, o chão era coberto de pedras quadriculadas parecendo um mosaico, mas de uma cor só, lá tinha vários bancos de madeira diferenciando o tamanho e o tom da cor que no caso era marrom, na entrada do Casario havia uma grande cruz, antes de irmos ao Casario passamos pelo Parque das Águas, lá tinha muitas árvores e muitos pássaros. Na volta do Casario consegui ver um tatu no meio de todo aquele mato.

**E8:** No cais porto, eu vi animais como, camaleão e pássaro azul. Eu também vi o Rio Vermelho, o rio maior de nossa cidade. Eu fui no Casario com meus colegas eu vi muitas casas que já foram feitas a muitos anos, essas casas foi da dona Terezinha que já faleceu, pois seus filhos decidiram vender. Venderam para a prefeitura e hoje é considerado patrimônio cultural e lá tem uma estátua do Marechal Rondon.

Estes estudantes expressaram através de seus textos o que aprenderam na ação educativa no Cais, Casario e Parque das Águas, segundo o Historiador Renilson Rosa Ribeiro (2018) a prática da língua escrita “significa para o aluno criar para si “um espaço de manifestação e de constituição da consciência”<sup>130</sup>.

Em si tratando da Educação Patrimonial, no ensino, a Historiadora Selva Guimarães Fonseca defende que: “é fundamental o desenvolvimento da Educação Patrimonial, com vistas a despertar o aluno para a importância de conhecer, preservar e

---

<sup>130</sup>RIBEIRO, 2018, p. 77

respeitar o Patrimônio Histórico e Cultural<sup>131</sup>”, pois assim como a autora, concluo que o sentimento de pertencimento e as ações de cuidado com o Patrimônio devem também ser desenvolvidas nas aulas de História, e não menos a História da Cidade também deve ter uma atenção e ser ensinada em sala de aula e fora de sala de aula.

Ensinar História nesta perspectiva não é uma tarefa fácil, ao refletir-se a respeito dos dados obtidos em pesquisa com alunos e professores constatou-se os diversos desafios enfrentados pelos discentes e docentes nessa árdua tarefa, no entanto necessária. Assim como ensinar através da pesquisa se apresenta desafiadora ao docente, ensinar História fora do espaço escolar formal também, romper com as amarras do processo tradicional de ensino de história é romper com a zona de conforto, é abandonar práticas consolidadas, é desprender-se do esperado e se lançar ao inesperado.

Pôde ser observado que nas últimas visitas, já não havia o mesmo interesse por parte dos profissionais de apoio, coordenadores e até mesmo professores em auxiliar a pesquisadora nas atividades fora da escola, pois esse tipo de atividade exige muito mais que planejamento, exige disposição física, atenção, pensamento rápido frente às situações inusitadas que aparecem, pois nesse tipo de aula, não existe um roteiro, existem caminhos e possibilidades a serem traçadas e executadas no caminhar.

---

<sup>131</sup>FONSECA, 2009, p. 73

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa originou-se do desafio de compreender como os estudantes do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, constroem conhecimento histórico, na perspectiva da Educação Patrimonial em espaços históricos e culturais de Rondonópolis/MT.

Com o objetivo definido iniciou-se um processo de pesquisa bibliográfica e documental a respeito dos Patrimônios Históricos e Culturais da Cidade, bem como de sua História. Esta etapa foi marcada por intensa busca de referências bibliográficas, por ser o tema parcialmente inédito, uma vez que não foi constada nenhuma produção que procura compreender especificamente sobre a História da Cidade de Rondonópolis/MT e principalmente de seus Patrimônios Históricos e Culturais.

Mediante essa pesquisa inicial houve a compreensão das bases históricas da cidade, e assim pode ser construída uma linha do tempo para situar as informações provenientes das publicações, já que a História da Cidade tem uma particularidade, uma vez que o seu povoamento e despovoamento ocorreram em um curto período de tempo, provocado por jogadas políticas e anseios pessoais, constatou-se também intensa propaganda lançada por Marechal Rondon para o crescimento e desenvolvimento da Cidade em jornais das décadas de 1950 e 1960, fato este que pode ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento acelerado da Cidade nas décadas seguintes.

Com relação aos Patrimônios Históricos e Culturais da Cidade, no âmbito legal, foi possível identificar leis que instituem ações de valorização e preservação do Patrimônio no Município, tais como: a Lei 9744/2018 que estabelece a Semana de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis-MT. Esta Lei afirma que o Executivo Municipal tem o dever de realizar, uma semana do mês de agosto com oficinas, palestras e apresentações culturais aos alunos da Rede Municipal de ensino e demais cidadãos, com o objetivo de apresentar os imóveis e bens históricos e culturais da Cidade; há também a Lei nº 6985/2013, de tombamento do Casario; a de nº 6109/2009, de tombamento do Ipê Amarelo da Praça Brasil como Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT; há também a criação do Conselho de Cultura e um Título no Plano Diretor da Cidade para o Patrimônio Histórico e Cultural, que dispõem em seus artigos a constituição do Patrimônio Histórico e Cultural, o processo de tombamento e a Comissão de Patrimônio.



Legalmente a Cidade de Rondonópolis/MT, apresenta uma política de valorização e preservação a fim de salvaguardar os Patrimônios Históricos e Culturais, no entanto nas visitas realizadas em alguns desses locais, foi possível constatar o descaso da Gestão Municipal com relação aos Patrimônios. Nesse sentido, a pesquisa traz para exemplificar dois locais de inegável importância histórica e cultural, em que a gestão do patrimônio, administrativa e cultural se encontra ineficiente ou inexistente, um deles é o Casario que apresenta valor cultural significativo, para a preservação da memória da ocupação urbana de Rondonópolis/MT, o qual vem sofrendo intervenções físicas resultantes de obras em seus boxes, tais obras vêm descaracterizando a estrutura arquitetônica, sua morfologia e volumetria, sendo ignoradas tais ações, pela Secretária de Cultura, mesmo após denúncias em jornais e redes sociais. Em uma das visitas guiadas realizadas com os estudantes deparou-se com pedaços de telhas do Casario às margens do Cais, sendo que as telhas são tombadas devido sua morfologia e materiais. Outro local também vítima da desatenção do Executivo Municipal é o Museu Rosa Bororo, cujo prédio necessita de reforma e readequação dos espaços, para salvaguarda de seu acervo, que se encontra em péssimas condições. Em visitas observou-se que não há identificação dos objetos, critério para exposição e materiais guardados de forma inadequada, sendo que em uma das visitas, para acompanhamento de um grupo de alunos, o museu se encontrava fechado, mesmo com o agendamento prévio da visita, realizado pelo professor. Essas situações provocam alguns questionamentos em relação à política de preservação dos bens culturais de Rondonópolis/MT, tais como: Qual a importância desses bens para a memória da Cidade? Como superar os desafios diagnosticados na pesquisa?

Diante das questões levantadas foi possível inferir a importância que o Patrimônio Histórico e Cultural apresenta para a Cidade e que só terá significado e relevância a partir da identificação de sua população com esse bem. As ações em instituições formais e não formais de ensino, para o reconhecimento, preservação e valorização do Patrimônio Histórico e cultural é um caminho viável e necessário para essa identificação com o patrimônio. Com o estudo constatou-se que tanto estudantes quanto professores não se identificam com o patrimônio, pelo fato de não o conhecerem e de não saber em qual a importância dele, para a constituição atual da Cidade, em que moram. Neste sentido, reitera-se a importância da Educação Patrimonial, em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, introduzindo o tema nos Anos Iniciais, promovendo desde a primeira infância, a identificação desse sujeito com a história da Cidade e de sua família nesta Cidade.

Com relação à ineficiência da Gestão Municipal, é papel também do educador cobrar o cumprimento das leis estabelecidas no Município, leis de promoção e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT, bem como a preservação desses espaços, denunciando as irregularidades que estão ocorrendo nesses espaços, que são testemunhos de nossa História, tanto que algumas denúncias a respeito da má gestão do poder público são propagadas, mas até o presente momento não foi possível apontar mudanças na política de uso do Casario. Quanto ao descaso referente ao Museu, torna-se impossível responder, uma vez que, as últimas ações da pesquisa não se deram nesse espaço.

Analisar o que o professor pensa, sobre a História Local e o Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis/MT propiciou algumas descobertas positivas e negativas. A pesquisa com professores é sempre um desafio, pois nem sempre o professor quer expor a sua prática e isso se deve em parte pelo receio da reprovação dela e/ou pela compreensão de que a pesquisa nada tem a contribuir, para a sua formação e prática. Em vista disso há que se considerar significativa a contribuição advinda das respostas dos professores são instrumento de pesquisa, também, na participação efetiva da oficina, como também na elaboração do plano de aula.

O saber dos professores com relação à História da Cidade, no decorrer da pesquisa, se encontrava no nível básico, igual ao da pesquisadora, no início desta pesquisa. Portanto, buscar as causas dessa superficialidade é recorrer ao círculo vicioso de culpabilidade: formação inicial X prática de ensino X formação continuada, ou seja, uma formação inicial, em que a teoria e prática estão desarticuladas resulta em uma prática inflexível e conservadora, que necessita de uma formação continuada capaz de romper com todo esse saber-fazer enraizado e consolidado no interior da escola, missão quase impossível para a política de formação continuada desenvolvida, nas escolas públicas estaduais.

Como romper com esse saber fazer enraizado e consolidado? Assim como o objetivo da ação educativa realizada foi o de levar o estudante a se reconhecer como sujeito histórico, o professor deve ser motivado a se reconhecer como sujeito que participa e faz parte da história do município em que vive, bem como, utilizar metodologias que o auxilie na prática de ensino da História Local, tal como a da Educação Patrimonial, que permite ao professor explorar todo o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, promovendo o conhecimento, a valorização e a preservação desses bens culturais, tanto pelo estudante como pelo docente. Assim a pesquisa

apresenta o testemunho deque a aprendizagem adquirida junto as atividades desenvolvidas, tanto no planejamento como na execução e na interação, com professores e alunos da escola...foram valorosas, valiosas e significativas tanto para a prática docente da pesquisadora, como para a vida cotidiana.

Nesse entendimento, a pesquisa aspira, com este trabalho, responder a problemática de como os estudantes, dos Anos Iniciais aprendem História Local e constroem conhecimento histórico. Para tanto percorreu-se os meandros teóricos da História Local, da Educação Patrimonial, do ensino de História, do Patrimônio Histórico e Cultural, e assim foi possível experienciar a prática do ensino fora da escola, a metodologia da Educação Patrimonial, a olhar para o estudante como sujeito histórico e autor de sua história, ficando com isto a compreensão deque existem diversas maneiras de ensinar e aprender, ou aprender e ensinar, sendo mais viável a relação aprender e ensinar, já que nesta caminhada para encontrar uma resposta muito se aprendeu, sobre o lugar em que se vive, sobre o povo que construiu esse lugar, sobre a pratica docente enquanto professora e sobre como os estudantes veem essa Cidade e sua História.

A resposta de como o estudante aprende está intrínseca a forma de como o professor aprende e ensina, assim pode-se afirmar que a prática da pesquisadora, enquanto professora de história transformou-se na medida em que aprendia e ensinava. Ensinar História Local requer saber a História Local, sair das quatro paredes da escola exige domínio e conhecimento de como fazer, o que fazer e qual objetivo alcançar com esse “passeio”, assim denominavam a visita guiada, estudantes e alguns professores.

Ensinar história é um desafio, encontrar métodos e meios de ensino que privilegiam a heterogeneidade de estudantes, em uma turma é uma tarefa árdua, e realizar esse processo nos Anos Iniciais se torna mais complexo, pois é preciso trazer à narrativa histórica a compreensão dos estudantes de acordo com a fase de sua formação, geralmente crianças entre 06 e 10 anos. No entanto, observar suas narrativas em desenhos e textos, e identificar indícios de aprendizagem é indescritível, compreender que o ensino de História pode ir além da exposição oral, que o estudante pode expressar uma narrativa histórica além da memorização é compreender como o estudante aprende História, desde os Anos Iniciais a formação inicial docente em História.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. A emergência do Patrimônio Genético e a nova configuração do campo do Patrimônio. In: L. L. OLIVEIRA, **Cultura é Patrimônio**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ALBUES, G. (Diretor).. **Memória Viva de Rondonópolis-MT** [Filmenematográfico].Cuiabá: Fundação Jaime Campos. 1991

ALVES, L. A.). **Rondonópolis: imagens e memória**. Rondonópolis: Ótima Copiadora, 2001.

ANTUNES, L. M. **O Mato Grosso e sua História**. Curitiba: Braga, 2001.

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares. **Cidade. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.191-203, 1994.

AVELINO, Y.D. A construção de uma realidade: cidade, história e literatura. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n.10, jul.2013. Disponível em: <HTTPS://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/15795>. Acesso em: 18 jul.2018

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, v. 4, 2011.

BRASIL. **Legislação sobre Patrimônio Cultural**. Brasília: MinC, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL, Lei nº5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 de jul/2018.

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 24 de jul/2018.

BRASIL, Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza e protege o patrimônio histórico e artístico nacional**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 24 de jul/2018.

CAMPELLO, G. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. **Cidade Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.116-125, 1994.

CARMO, A. **Reminiscência de Rondonópolis**. Rondonópolis: Gráfica Modelo, 2002.

CANO, M. R. D. O.; OLIVEIRA, R. S. D.; FONSECA, V. A. **Reflexão e a Prática no Ensino de História**. São Paulo: Blucher, v. 6, 2012.

CERTEAU, M. Andando na cidade. **Cidade Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.21-31, 1994.

CURY, C. **Do bororo ao prodoeste**. Cuiabá: Alvorada, 1973.

CHAVES, E. O. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: POTENCIAIS DO USO DE DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 59-85, 2013.

FAERMAM, A. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS - UNITAU**, Taubaté-SP, v. 07, n. 1, p. 41-56, 2014.

FIGUEIRA, C. R.; MIRANDA, L. L. **Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FERREIRA, J. V., & SILVA, P. M.. **Cidades de Mato Grosso: Origem e significados de seus nomes**. Cuiabá: Memória Brasileira, 2008.

FONSECA, M. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: R. ABREU, & M. CHAGAS, **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, S. G. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.  
FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, M. T. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, 2002. p. 21-39.

GAGO, M. Concepções de passado como expressão de consciência histórica. *Currículo sem Fronteiras*. n° 7, 2007. p. 127-136.

GAZZÓLA, L., & TREVISOL, J. V. Os docentes e a educação patrimonial na escola: elementos para a formulação de uma política pública. *Cadernos do CEOM*. 2009, p. 411-129.

GONÇALVES, J. S. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: M. CHAGAS, & R. ABREU, **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, J.S. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lucia Lippi de Oliveira (Org). **Cidade: história e desafios**. 1° ed. Rio de Janeiro: FGV- Editora, 2002, p.108-123.

GUSMÃO, N. M. LINGUAGEM, CULTURA E ALTERIDADE: IMAGENS DO OUTRO. *Cadernos de Pesquisa* , 1999. p.41-78.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, M. D. L. P. **Guia Básico de Educação**. Brasília: IPHAN/MinC, 1999.

KESSEL, Z. [www.museudapessoa.net](http://www.museudapessoa.net). **Museu da Pessoa**, 26 agosto 2011. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net>>. Acesso em: 28 jun/2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, M. I. **O QUE E COMO DESENHAM AS CRIANÇAS? REFLETINDO SOBRE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO CULTURAL DA INFÂNCIA**. *Tese (Doutorado em Educação)*, Campinas: Unicamp, 2001.

LEITE, S. Poesia e Cidade. **Cidade. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.282-294, 1994.

RONDONÓPOLIS. Lei nº 9744, de 09 de Abril de 2018. **Institui a semana de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis-MT**, Rondonópolis, MT. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis>. Acesso em: 24 de jul de 2018.

RONDONÓPOLIS. **Decreto nº 6985, 05 de Julho de 2013**. Determina o tombamento de imóveis edificados, denominado de Casario, Rondonópolis, MT, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis>. Acesso em: 24 de jul de 2018.

**RONDONÓPOLIS. Lei nº 6109, de 28 de dezembro de 2009**. Tombar no município de Rondonópolis, como patrimônio histórico e cultural municipal, o ipê amarelo, localizado na praça Brasil, Rondonópolis, MT, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/r/rondonopolis>. Acesso em: 24 de jul de 2018.

MAGALHÃES, L. H. EDUCAÇÃO E AÇÃO CULTURAL EM MUSEU. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. v.3, n. n.9, Jul./Dez 2013.

MARTINS, E. C. **Teoria e Filosofia da História. Contribuições para o Ensino de História**. Curitiba: W&A Editores, 2017.

MATO GROSSO. Decreto nº 395 de 10 de agosto de 1915. **Reserva de 2.000 hectares para rocio da povoação do Rio Vermelho**. Cuiabá, 10 de ago 1915.

MATO GROSSO, E. **ORIENTAÇÕES CURRICULARES: Área de Ciências Humanas: Educação Básica**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2010.

MATOS, A. P. Educação patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio: a cultura material no bem cultural familiar. **Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, 8, jul/dez 2009.

NASCIMENTO, F. M., LIBANO, M., & ALVES, L. A.. **Paróquia Sagrado Coração de Jesus: 50 anos de história**. Rondonópolis: Gráfica Rondonópolis, 2010.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é Patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, M. M. D. **História: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

PINTO, H. O triângulo patrimônio/museu/escola: que relação com a Educação Histórica. In: M. A. SHIMIDT, & I. BARCA. **Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica**. Ijuí: Edu.Unijuí, 2009.

PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

RIBEIRO, R. R. **Tradição e modernidade no Cerrado: a cidade de Rondonópolis, a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Rondonópolis e história da gente de negócios**. Rondonópolis: Marketing Mix Assessoria Empresarial, 2010.

RIBEIRO, R. R. *FAZER HISTÓRIA: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula*. Curitiba: Appris, 2018.

ROLNIK, R. **HISTÓRIA URBANA: HISTÓRIA NA CIDADE?** SALVADOR: UFBA, 1990.

ROSALINA, C. A. **O CASARIO MARECHAL RONDON: memória, experiências e revitalização (1930-2005)**. Monografia, Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Câmpus de Rondonópolis, Rondonópolis, 2006.

SANTOS, W. F.. O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência em escola pública. *Cad. Pesq.Cdhis* , 2011. p.281 -296.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, J. M. R. Memória e Patrimônio Histórico de Rondonópolis. Disponível em: <<http://museuememoriaroo.blogspot.com.br/2011/09/patrimonio-cultural-de-rondonopolis.html?m=1>>. Acesso em: 28 Jun 2017.

SILVA, P. R. O Museu no Ensino De História: buscando novas possibilidades. **Cad. Pesq.**, Uberlândia, v. v.23, n. n.2, p. 349-358, jul./dez 2010.

SILVA, S. M. Condições Sociais da Constituição do Desenho Infantil. *Psicologia USP*, 1998. p.205-220.



**TESORO, L. L. Rondonópolis –MT: Um entroncamento de mão única – lembranças e experiências dos pioneiros.** Ronodonópolis: LLLMT, 1993.

ZARBATO, J. A. M. TEXTOS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA REGIONAL PERCURSOS METODOLÓGICOS NO ENSINAR HISTÓRIA. **REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO**, n. 17, p. 1 - 12, 2016. ISSN 1.

**ZUCCHI, B. O Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** São Paulo: Edições SM, 2012.

WENDERS, W. A paisagem urbana. **Cidade. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.180-189, 1994.